

Balanço Geral Contas do Exercício de 2013

Prefeitura do Município de São Paulo

Balanço Geral Contas do Exercício de 2013

Prefeitura do Município
de São Paulo

Relatório
Técnico
sobre a
Prestação
de
Contas.

RELATÓRIO TÉCNICO DO BALANÇO GERAL DE 2013

O presente relatório apresenta os resultados alcançados pelo Município de São Paulo no exercício de 2013, constituindo-se parte integrante do BALANÇO GERAL DO MUNICÍPIO na Prestação de Contas do Excelentíssimo Senhor Prefeito, a ser enviado ao Tribunal de Contas do Município de São Paulo, em cumprimento ao disposto no inciso XI do artigo 69 da Lei Orgânica do Município de São Paulo.

Este Balanço Geral encontra-se de pleno acordo com as normas de direito financeiro estabelecidas pela Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964, as diretrizes fixadas pela Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000, intitulada como Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, e as disposições gerais contidas no Decreto Municipal nº 54.601, de 19 de novembro de 2013 e alterações, relativas às normas de encerramento do exercício orçamentário de 2013 das Administrações Direta e Indireta.

Apresentamos a evidenciação do cumprimento das metas de resultados entre receitas e despesas, com observância ao que determina a legislação pertinente, em especial a Lei Federal nº. 4.320/64, a LRF e ainda a Lei Municipal nº. 15.090, de 29 de dezembro de 2009, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2010-2013; Lei Municipal nº. 15.613, de 6 de julho de 2012 e alterações introduzidas pela Lei Municipal nº 15.841, de 17 de julho de 2013, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para elaboração do orçamento do exercício de 2013 e Lei Municipal nº. 15.680, de 27 de dezembro de 2012, que estima a receita e fixa as despesas para o exercício de 2013.

Os dados para a elaboração do BALANÇO GERAL DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO foram obtidos da escrituração efetuada pelos órgãos e entidades das Administrações Direta e Indireta no Sistema de Orçamento e Finanças – SOF, respeitando-se o plano de contas único instituído de acordo com as normas contábeis aplicáveis ao setor público advindas da Lei Federal nº 4.320/64 e da Lei de Responsabilidade Fiscal.

As demonstrações contábeis são constituídas do Balanço Orçamentário, Financeiro e Patrimonial, Demonstrações das Variações Patrimoniais, assim como das Notas e Quadros Explicativos, e ainda demonstrações constituídas da demonstração do Superávit Financeiro, do Resultado Primário e Nominal, da Receita Corrente Líquida, da Despesa com Pessoal, da Aplicação de Recursos na Educação e na Saúde e dos Fundos Municipais.

Os demonstrativos retratam a execução dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, abrangendo os órgãos da Administração Direta dos Poderes Legislativo e Executivo e da Administração Indireta, incluindo Autarquias, Fundações e Empresa Estatal Dependente, refletindo a unificação orçamentária disposta no Orçamento Programa para o exercício financeiro de 2013.

Por fim, este relatório tem como objetivo oferecer subsídios essenciais à análise e verificação do perfil financeiro e patrimonial desta gestão da Prefeitura, de suas fontes e destinação de recursos, bem como de seus resultados.

PRINCIPAIS DISPOSITIVOS LEGAIS

A execução do orçamento do exercício de 2013, bem como os demais eventos contábeis, foram realizados em consonância com as Normas e Princípios de Contabilidade Pública, bem como aos demais dispositivos legais a seguir relacionados e suas alterações:

- Lei Federal nº. 4.320/64, que estatui normas gerais de Direito Financeiro, aplicáveis a todas as esferas da Administração Pública.
- Lei Orgânica do Município de São Paulo, que dispõe sobre a Constituição Municipal.
- Lei Complementar nº. 101/00, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal.
- Lei nº. 15.090/09, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2010-2013.
- Lei Municipal nº. 15.613/12 e alterações introduzidas pela Lei Municipal nº 15.841/13, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para elaboração do orçamento do exercício de 2013.
- Lei Municipal nº. 15.680/12, que estima a receita e fixa a despesa para o exercício de 2013.
- Decreto Municipal nº. 53.694/13 e alterações introduzidas pelo Decreto Municipal nº. 53.710/13, que fixa normas para a execução orçamentária e financeira para o exercício de 2013.
- Decreto Municipal nº. 54.601/13 e alterações introduzidas pelo Decreto Municipal nº. 54.890/14, que dispõe sobre o encerramento do exercício orçamentário de 2013.
- Portaria MPS nº. 916/03, que dispõe sobre o Regime Próprio da Previdência.
- Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/01 que dispõe sobre normas gerais de consolidação das Contas Públicas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, e dá outras providências.
- Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional nº. 437, de 12 de junho de 2012, que aprova a 5ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).
- Portaria Conjunta STN/SOF nº 2, de 13 de julho de 2012, que edita a Parte I – Procedimentos Contábeis Orçamentários da 5ª edição do MCASP e dá outras providências.
- Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional nº. 637, de 18 de outubro de 2012, que aprova a 5ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF).

PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

No que se refere aos critérios contábeis, destacamos a seguir aqueles que nortearam a execução orçamentária, financeira e patrimonial do Município de São Paulo:

- para fins de apuração dos resultados contábeis, o exercício financeiro coincide com o ano civil, e o regime contábil adotado é o misto, com as receitas contabilizadas pelo regime de caixa e as despesas pelo regime de competência.
- para a identificação dos valores que resultam em despesa de um órgão e receita de outro, utilizam-se códigos específicos para as receitas, denominadas intra-orçamentárias, e modalidade de aplicação “91” para as despesas intra-orçamentárias, como ocorre com as operações da previdência municipal.
- A Dívida Fundada foi atualizada monetariamente na seguinte conformidade:
 1. Dívida Contratada Interna:
 - ✓ com base na variação cambial do dólar americano para o contrato de refinanciamento da Dívida Externa de Médio e Longo Prazo – DMLP (autorizado pela Lei Municipal nº. 12.671/98).
 - ✓ com base na variação cambial do dólar americano e taxa LIBOR, aplicada sobre o saldo devedor apurado em dólar, para o contrato do Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros – PNAFM.
 - ✓ Os demais contratos da Dívida Interna atualizados através dos índices econômicos e financeiros: UPR, TR, IGP-M, IGP-DI, URTJLP (BNDES), TJLP e SELIC.
 2. Dívida Contratada Externa: com base na variação cambial do dólar americano e taxa LIBOR.
- as despesas empenhadas e não pagas até 31 de dezembro foram inscritas em restos a pagar, distinguindo-se as processadas das não processadas – os restos a pagar não processados foram inscritos observando-se a capacidade financeira necessária à sua efetiva cobertura.
- os ativos patrimoniais móveis foram incorporados ao patrimônio pelo custo de aquisição, sem atualização monetária ou depreciação. Esta prática difere no Instituto de Previdência do Município de São Paulo e da Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo.
- a utilização do superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior para concessão de créditos suplementares no exercício em referência, nos termos do inciso I, § 1º, do artigo 43 da Federal nº 4.320/64.

Feitas as considerações iniciais, apresentamos os Quadros e Notas Explicativas do **BALANÇO GERAL DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO** do exercício de 2013.

Sumário

RELATÓRIO TÉCNICO DO BALANÇO GERAL DE 2013	2
PRINCIPAIS DISPOSITIVOS LEGAIS	3
PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS	4
1 – DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO - EXERCÍCIO 2013	7
1.1 RECEITA TOTAL ORÇADA	7
1.2 DESPESA TOTAL FIXADA	7
2 – DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DE 2013	8
2.1.1 RECEITA CORRENTE	9
2.1.1.1 DO DETALHAMENTO DAS PRINCIPAIS RECEITAS CORRENTES	10
2.1.1.1.1 Da Receita Tributária	10
2.1.1.1.2 Das Transferências Correntes	11
2.1.2 RECEITA DE CAPITAL	12
2.1.3 COMPORTAMENTO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	13
2.1.3.1 RECEITAS POR CATEGORIA ECONÔMICA E FONTE – CONSOLIDADO	13
2.1.4 COMPARATIVO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA – 2012 E 2013	14
2.2 EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA	14
2.2.1 DESPESA POR CATEGORIA ECONÔMICA	15
2.2.2 DESPESA POR GRUPO DE NATUREZA DE DESPESA – GND	15
2.2.2.1 – DAS DESPESAS CORRENTES	15
2.2.2.2 – DAS DESPESAS DE CAPITAL	16
2.2.3 DESPESA ORÇAMENTÁRIA POR PRINCIPAIS ELEMENTOS	17
2.2.4 DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	17
2.2.3 DESPESA POR FONTE DE RECURSOS	19
2.2.4 DAS DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	20
2.2.5 DAS DESPESAS COM INCENTIVOS CULTURAIS – 2013	20
2.2.6 DA EXECUÇÃO DOS FUNDOS MUNICIPAIS DO PODER EXECUTIVO	20
2.3 SÍNTESE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	23
2.4 RESULTADO ORÇAMENTÁRIO EM 2013	23
2.5 DA ANÁLISE DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	24
2.6 COMPORTAMENTO DO RESULTADO ORÇAMENTÁRIO – ÚLTIMOS CINCO ANOS	25
3 – BALANÇO FINANCEIRO	26
3.1 RESULTADO DA EXECUÇÃO FINANCEIRA – CONSOLIDADO	28
3.2 DA ANÁLISE DO BALANÇO FINANCEIRO	28
4 – BALANÇO ECONÔMICO	30

4.1 DO RESULTADO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS EM 2013.....	31
4.2 DA ANÁLISE DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	31
5 – BALANÇO PATRIMONIAL.....	32
5.1 DA ANÁLISE DO BALANÇO PATRIMONIAL	33
5.2 EVOLUÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS	33
6 – DO SUPERÁVIT FINANCEIRO	34
7 – DA GESTÃO FISCAL	35
7.1 RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	35
7.2 DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS.....	36
7.3 DO RESULTADO NOMINAL	37
7.4 DO RESULTADO PRIMÁRIO	38
7.5 DEMONSTRATIVO DA APLICAÇÃO DE RECURSOS NA EDUCAÇÃO.....	39
7.5.1 DOS VALORES DE DEA QUE COMPÕEM A BASE DE CÁLCULO ART. 212 – CF/88.....	41
7.6 DEMONSTRATIVO DA APLICAÇÃO DE RECURSOS NA SAÚDE.....	41
7.7 DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL	43
7.8 DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL	44
8 – PRINCIPAIS RESULTADOS ALCANÇADOS NO EXERCÍCIO DE 2013	45
CONCLUSÃO	45

1 – DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO - EXERCÍCIO 2013

O Orçamento Programa Consolidado do Município de São Paulo, para o exercício de 2013, instituído por meio da Lei Municipal nº. 15.680/12, estimou a receita e fixou a despesa em R\$ 42.041.788.033,00 (quarenta e dois bilhões, quarenta e um milhões, setecentos e oitenta e oito mil e trinta e três reais).

1.1 RECEITA TOTAL ORÇADA

A receita total do Orçamento Fiscal foi orçada segundo suas categorias econômicas e apresentou as seguintes estimativas:

RECEITAS CORRENTES (I)	36.519.904.507,00
Receita Tributária	17.804.295.320,00
Receita de Contribuições	1.247.857.250,00
Receita Patrimonial	560.727.363,00
Receita de Serviços	389.451.317,00
Transferências Correntes	14.592.236.515,00
Outras Receitas Correntes	2.254.810.033,00
Receitas de Contribuições Intraorçamentárias	1.474.096.899,00
Receitas Patrimonial Intraorçamentárias	496.000,00
Receitas de Serviços Intraorçamentárias	15.720.000,00
Deduções de Transferências Correntes	- 1.773.586.070,00
Deduções de Outras Receitas Correntes	- 46.200.120,00
RECEITAS DE CAPITAL (II)	5.521.883.526,00
Operações de Crédito	47.902.424,00
Alienação de Bens	2.552.206.265,00
Amortização de Empréstimo	15.648.679,00
Transferências de Capital	2.606.910.694,00
Outras Receitas de Capital	290.508.008,00
Receitas Intra-Orçamentárias de Capital	8.707.456,00
TOTAL DA RECEITA III = (I) + (II)	42.041.788.033,00

¹Valores em unidade de real.

1.2 DESPESA TOTAL FIXADA

A despesa do Orçamento Fiscal foi fixada com a seguinte distribuição institucional:

PODER EXECUTIVO (I)	41.200.710.678,00
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	33.576.746.467,00
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	7.623.964.211,00
PODER LEGISLATIVO (II)	841.077.355,00
TOTAL DA DESPESA III = (I) + (II)	42.041.788.033,00

¹Valores em unidade de real.

2 – DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DE 2013

O Balanço Orçamentário é o instrumento que demonstra a execução orçamentária da entidade pública e deve atender ao disposto no art. 102 da Lei Federal nº 4.320/64, apresentando as receitas previstas e as despesas fixadas, em confronto com os ingressos orçamentários e as despesas empenhadas.

A partir da comparação entre as receitas e as despesas, o resultado poderá ser deficitário, superavitário ou de equilíbrio orçamentário.

Vejamos a seguir a execução do Balanço Orçamentário Consolidado da PMSP no exercício de 2013:

RECEITA	VALOR ²	%	DESPESA	VALOR ²	%
RECEITAS CORRENTES ¹	37.135.847.284,24	94,89%	DESPESAS CORRENTES	33.979.325.539,20	86,82%
Receita Tributária	18.464.054.391,70	47,18%	Pessoal e Encargos Sociais	8.632.842.748,36	22,06%
Receita de Contribuições	1.171.054.450,29	2,99%	Pessoal e Encargos Sociais Intra-Orçamentária	1.429.656.065,22	3,65%
Receita Patrimonial	713.509.071,40	1,82%	Juros e Encargos da Dívida	2.071.455.584,78	5,29%
Receita de Serviços	391.406.001,59	1,00%	Outras Despesas Correntes	21.840.452.856,49	55,81%
Transferências Correntes	12.650.661.810,13	32,32%	Outras Despesas Correntes Intra-Orçamentária	4.918.284,35	0,01%
Outras Receitas Correntes	2.316.952.392,36	5,92%	DESPESAS DE CAPITAL	5.156.766.655,95	13,18%
Receitas Intra-Orçamentárias Correntes	1.428.209.166,77	3,65%	Investimentos	3.863.744.217,65	9,87%
RECEITAS DE CAPITAL	1.326.711.263,70	3,39%	Inversões Financeiras	41.102.877,40	0,11%
Operações de Crédito	-	0,00%	Amortização da Dívida	1.251.919.560,90	3,20%
Alienação de Bens	11.630.220,36	0,03%			
Amortização de Empréstimo	25.241.624,56	0,06%			
Transferências de Capital	539.326.541,40	1,38%			
Outras Receitas de Capital	750.512.877,38	1,92%			
TOTAL DAS RECEITAS	38.462.558.547,94	98,28%	TOTAL DAS DESPESAS	39.136.092.195,15	100,00%
DÉFICIT	673.533.647,21	1,72%	SUPERÁVIT		0,00%
TOTAL	39.136.092.195,15	100,00%	TOTAL	39.136.092.195,15	100,00%
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA ABERTURA DE CRÉDITOS SUPERÁVIT FINANCEIRO)	560.771.252,62				

¹- Deduzido o Grupo 9000.

²- Em unidade de real.

Observa-se que a execução orçamentária consolidada de 2013, evidencia que as receitas arrecadadas alcançaram o montante de R\$ 38.462.558,547,94 e as despesas realizadas R\$ 39.136.092.195,15. O confronto desses valores reflete o resultado orçamentário, que se traduz em um déficit de R\$ 673.533.647,21.

O superávit financeiro de exercícios anteriores constitui disponibilidade para efetiva utilização, porém não é considerado como receita do exercício em que for utilizado.

Assim, se consideradas somente as despesas realizadas e as receitas arrecadadas no próprio ano, o resultado orçamentário de 2013 foi deficitário em R\$ 112.762.394,59, conforme demonstrado a seguir:

RECEITA	VALOR	DESPESA	VALOR
TOTAL RECEITA ARRECADADA ¹ (A)	38.462.558.547,94	TOTAL DAS DESPESAS REALIZADAS (B)	39.136.092.195,15
DÉFICIT ORÇAMENTÁRIO (C) = (A - B)	- 673.533.647,21		
CRÉDITOS ABERTOS POR SUPERÁVIT FINANCEIRO (D)	560.771.252,62		
DÉFICIT APÓS UTILIZAÇÃO SUPERÁVIT FINANCEIRO (E) = (C - D)	- 112.762.394,59		

¹- Deduzido o Grupo 9000.

2.1 EXECUÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA

As Receitas Orçamentárias são disponibilidades de recursos financeiros que ingressam durante o exercício orçamentário e constituem elemento novo para o patrimônio público. Instrumento por meio do qual se viabiliza a execução das políticas públicas, as receitas orçamentárias são fontes de recursos utilizadas pelo Município em programas e ações cuja finalidade precípua é atender às necessidades públicas e demandas da sociedade.

No Município de São Paulo no exercício de 2013 a Receita Orçamentária, incluídas as Intra-Orçamentárias alcançou o montante de R\$ 38.462.558.547,94, resultando em arrecadação inferior à previsão em R\$ 3.579.229.485.06, ou seja, 8,51%, conforme demonstrado a seguir:

	ADMINISTRAÇÃO DIRETA	ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	CONSOLIDADO	% Realizada /Previsão
RECEITA PREVISTA	39.187.362.267,00	2.854.425.766,00	42.041.788.033,00	100,00%
RECEITA REALIZADA	35.831.413.729,15	2.631.144.818,79	38.462.558.547,94	91,49%
DIFERENÇA	- 3.355.948.537,85 -	223.280.947,21 -	3.579.229.485,06	-8,51%

¹- Deduzido o Grupo 9000.

²- Em unidade de real.

Na realização da Receita Orçamentária a Administração Direta participou com 93,16%, cabendo à Administração Indireta a complementação de 6,84%, conforme segue:

RECEITA REALIZADA	ADMINISTRAÇÃO DIRETA	ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	CONSOLIDADO
RECEITAS CORRENTES	34.523.659.504,19	2.612.187.780,05	37.135.847.284,24
RECEITAS DE CAPITAL	1.307.754.224,96	18.957.038,74	1.326.711.263,70
TOTAL	35.831.413.729,15	2.631.144.818,79	38.462.558.547,94
% Participação/Total	93,16%	6,84%	100,00%

¹- Deduzido o Grupo 9000.

²- Em unidade de real.

2.1.1 RECEITA CORRENTE

As Receitas Orçamentárias Correntes são arrecadadas dentro do exercício financeiro, aumentam as disponibilidades financeiras do Município, em geral com efeito positivo sobre o Patrimônio Líquido e constituem instrumento para financiar os objetivos definidos nos programas e ações orçamentários, com vistas a satisfazer finalidades públicas.

No Município de São Paulo no exercício de 2013 as Receitas Correntes alcançaram o montante de R\$ 37.135.847.284,24 o que equivale a 96,55% de participação no total da Receita Orçamentária.

RECEITAS CORRENTES ¹	ADMINISTRAÇÃO DIRETA	% S/TOTAL	ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	% S/TOTAL	CONSOLIDADO	% S/TOTAL
Receita Tributária	18.462.512.324,12	53,48%	1.542.067,58	0,06%	18.464.054.391,70	49,72%
Receita de Contribuições	253.239.402,40	0,73%	917.815.047,89	35,14%	1.171.054.450,29	3,15%
Receita de Contribuições - Intra-Orçamentária	-	0,00%	1.420.643.439,19	54,39%	1.420.643.439,19	3,83%
Receita Patrimonial	656.269.584,29	1,90%	57.239.487,11	2,19%	713.509.071,40	1,92%
Receita Patrimonial - Intra-Orçamentária	-	0,00%	457.022,22	0,02%	457.022,22	0,00%
Receita de Serviços	280.725.336,70	0,81%	110.680.664,89	4,24%	391.406.001,59	1,05%
Receita de Serviços - Intra-Orçamentária	-	0,00%	7.108.705,36	0,27%	7.108.705,36	0,02%
Transferências Correntes	12.650.661.810,13	36,64%	-	0,00%	12.650.661.810,13	34,07%
Outras Receitas Correntes	2.220.251.046,55	6,43%	96.701.345,81	3,70%	2.316.952.392,36	6,24%
TOTAL	34.523.659.504,19	100,00%	2.612.187.780,05	100,00%	37.135.847.284,24	100,00%

¹ - Deduzido o Grupo 9000.

² - Valores em unidade de real.

2.1.1.1 DO DETALHAMENTO DAS PRINCIPAIS RECEITAS CORRENTES

2.1.1.1.1 Da Receita Tributária

Tributo é uma das origens da Receita Corrente na Classificação Orçamentária por Categoria Econômica. Quanto à procedência, trata-se de receita derivada cuja finalidade é obter recursos financeiros para o Município custear as atividades que lhe são correlatas.

A Receita Tributária foi em 2013 a principal fonte de recurso para a formação da Receita Orçamentária da Municipalidade e atingiu o montante de R\$ 18.464.054.391,70, representando 49,72% da sua Categoria Econômica e 48,01% da Receita Total e o seguinte panorama:

Destaca-se que as rubricas mais significativas foram as de:

RECEITA TRIBUTÁRIA	VALOR	% s/ total Rec.Trib.
IMPOSTOS	18.183.073.401,21	98,48%
IPTU	5.411.427.058,74	29,31%
Imposto s/ a Propriedade Predial	5.174.628.603,45	
Imposto s/ a Propriedade Territorial Urbana	236.798.455,29	
IRPQN	1.285.107.058,56	6,96%
IR na Fonte s/ Rendimento Trabalho	1.056.289.910,63	
IR na Fonte s/ Remessa ao Exterior	1.065.829,55	
IR na Fonte s/ Outros Rendimentos	227.751.318,38	
ITBI	1.413.199.158,83	7,65%
ISS	10.073.340.125,08	54,56%
ISS	9.185.194.191,63	
ISS - Sistema Integrado - Simples	385.153,96	
ISS - Sistema Nacional	887.760.779,49	
TAXAS	280.980.990,49	1,52%
TOTAL	18.464.054.391,70	100,00%

¹ - Deduzido o Grupo 9000.

² - Em unidade de real.

a. Imposto sobre a Propriedade Predial Territorial Urbana – IPTU, que recebeu um ingresso de R\$ 5.411.427.058,74, o que equivale a 29,31% do total das Receitas Tributárias.

b. Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS, incluída o Sistema Integrado Simples e Simples Nacional, que recebeu um ingresso de R\$ 10.073.340.125,08, o que equivale a 54,56% do total das Receitas Tributárias.

2.1.1.1.2 Das Transferências Correntes

Na ótica orçamentária, as Transferências Correntes são recursos financeiros, recebidos de outras pessoas de direito público ou privado destinados a atender despesas de manutenção ou funcionamento relacionadas a uma finalidade pública específica, mas que não correspondam a uma contraprestação direta em bens e serviços a quem efetuou a transferência.

Os recursos da transferência são vinculados à finalidade pública, e não a pessoa. Podem ocorrer a nível intragovernamental (dentro do âmbito de um mesmo governo) ou intergovernamental (governos diferentes, da União para Estados, do Estado para os Municípios, por exemplo), assim como recebidos de instituições privadas.

A segunda principal fonte de recurso para a formação da Receita Orçamentária da Municipalidade em 2013 foi a Transferência Corrente que atingiu o montante de R\$ 12.650.661.810,13, representando 34,07% da sua Categoria Econômica e 32,89% da Receita Total e o seguinte panorama:

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES ¹	VALOR ²	% s/total
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	12.508.834.444,24	98,88%
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	2.167.862.350,40	17,14%
Participação na Receita da União	175.664.317,33	1,39%
Transf. da Comp. Financ. p/Exploração de Rec. Naturais	11.103.067,07	0,09%
Transferência de Recursos do SUS	1.458.551.155,38	11,53%
Transferência de Recursos do FNAS	35.242.168,65	0,28%
Transferência de Recursos do FNDE	454.603.539,95	3,59%
Transf. Financeira do ICMS - Desoneração	27.658.673,43	0,22%
Outras Transferências da União	5.039.428,59	0,04%
TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO	7.249.998.886,62	57,31%
Participação na Receita dos Estados	7.216.676.650,11	57,05%
Outras Transferências dos Estados	33.322.236,51	0,26%
TRANSFERÊNCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	3.090.973.207,22	24,43%
Transf. de Recursos do FUNDEB - Da União	226.770.198,21	1,79%
Transf. de Recursos do FUNDEB - Do Estado	2.864.203.009,01	22,64%
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS	68.451.975,25	0,54%
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	73.375.390,64	0,58%
TOTAL	12.650.661.810,13	100,00%

¹ - Deduzido o Grupo 9000.

² - Valores em unidade de real.

As rubricas mais significativas que contribuíram para a arrecadação das Transferências Correntes foram:

- Transferências da União – Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS, que recebeu a arrecadação de R\$ 1.458.551.155,38, o que equivale a 11,53% do total das Transferências Correntes.
- Transferências dos Estados – Participação na Receita dos Estados, que recebeu a arrecadação de R\$ 7.216.676.650,11, o que equivale a 57,05% do total das Transferências Correntes, deste montante equivale a:
 - ✓ Cota-Parte do ICMS: R\$ 5.555.427.810,49
 - ✓ Cota-Parte do IPVA: R\$ 1.619.803.027,36
 - ✓ Cota Parte do IPI s/Exportação: R\$ 40.969.928,29
 - ✓ Cota Parte da CIDE: R\$ 475.883,97

- c. Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação – FUNDEB, que recebeu a arrecadação de R\$ 3.090.973.207,22, o que equivale a 24.43% do total das Transferências Correntes.

2.1.2 RECEITA DE CAPITAL

As Receitas Orçamentárias de Capital também aumentam as disponibilidades financeiras do Município e são instrumentos de financiamento dos programas e ações orçamentários, a fim de se atingirem as finalidades públicas. Porém, de forma diversa das Receitas Correntes, as Receitas de Capital em geral não provocam efeito sobre o Patrimônio Líquido.

As Receitas de Capital alcançaram, no Município de São Paulo em 2013, o montante de R\$ 1.326.711.263,70 o que equivale a 3,45% de participação no total da Receita Orçamentária, e foi composto conforme segue:

RECEITAS DE CAPITAL	VALOR	%
ALIENAÇÃO DE BENS	11.630.220,36	0,88%
Alienação de Bens Móveis	656.923,33	0,05%
Alienação de Bens Imóveis	10.973.297,03	0,83%
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	25.241.624,56	1,90%
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	539.326.541,40	40,65%
Transferências Intergovernamentais	127.751.518,75	9,63%
Transferências do Exterior	-	0,00%
Transferências de Convênios	411.575.022,65	31,02%
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	750.512.877,38	56,57%
TOTAL	1.326.711.263,70	100,00%

¹ - Valores em unidade de real.

As rubricas mais significativas que contribuíram para a arrecadação das Receitas de Capital foram:

- a. Outras Receitas de Capital, que recebeu a arrecadação de R\$ 750.512.877,38, o que equivale a 56,57% do total das Receitas de Capital.
Destaca-se que deste montante o valor de R\$ 315.671.591,05 refere-se à Outorga Onerosa e R\$ 279.514.867,82 refere-se ao Fundo Especial Operação Urbana Agua Branca – FEAB.
- b. Transferências de Convênios, que recebeu a arrecadação de R\$ 411.575.022,65, o que equivale a 31,02% do total das Receitas de Capital.
Destaca-se que deste montante o valor de R\$ 359.152.671,77 refere-se a Transferências dos Estados Destinadas a Programas de Saneamento – Convênio PMSP x SABESP – Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura.

2.1.3 COMPORTAMENTO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA

2.1.3.1 RECEITAS POR CATEGORIA ECONÔMICA E FONTE – CONSOLIDADO

A realização da receita orçamentária atingiu no exercício o montante de R\$ 38.462.558.547,94, conforme tabela abaixo:

RECEITAS ¹	ORÇADA (I)	REALIZADA (II)	DIFERENÇA III = (II - I)	% (II / I)	% REALIZADA S/ TOTAL
CORRENTE	35.029.591.608,00	35.707.638.117,47	678.046.509,47	101,94%	92,84%
Tributária	17.804.295.320,00	18.464.054.391,70	659.759.071,70	103,71%	48,01%
Contribuições	1.247.857.250,00	1.171.054.450,29	-76.802.799,71	93,85%	3,04%
Patrimonial	560.727.363,00	713.509.071,40	152.781.708,40	127,25%	1,86%
Serviços	389.451.317,00	391.406.001,59	1.954.684,59	100,50%	1,02%
Transferências Correntes	12.818.650.445,00	12.650.661.810,13	-167.988.634,87	98,69%	32,89%
Outras Receitas Correntes	2.208.609.913,00	2.316.952.392,36	108.342.479,36	104,91%	6,02%
INTRA-ORÇAMENTÁRIA	1.490.312.899,00	1.428.209.166,77	-62.103.732,23	95,83%	3,71%
Receitas de Contribuições Intra	1.474.096.899,00	1.420.643.439,19	-53.453.459,81	96,37%	3,69%
Receitas Patrimonial Intra	496.000,00	457.022,22	-38.977,78	92,14%	0,00%
Receitas de Serviços Intra	15.720.000,00	7.108.705,36	-8.611.294,64	45,22%	0,02%
CAPITAL	5.513.176.070,00	1.326.711.263,70	-4.186.464.806,30	24,06%	3,45%
Operações de Crédito	47.902.424,00	-	-47.902.424,00	00,00%	0,00%
Alienação de Bens	2.552.206.265,00	11.630.220,36	-2.540.576.044,64	00,46%	0,03%
Amortização de Empréstimos	15.648.679,00	25.241.624,56	9.592.945,56	161,30%	0,07%
Transferência de Capital	2.606.910.694,00	539.326.541,40	-2.067.584.152,60	20,69%	1,40%
Outras Receitas de Capital	290.508.008,00	750.512.877,38	460.004.869,38	258,34%	1,95%
INTRA-ORÇAMENTÁRIA DE CAPITAL	8.707.456,00	-	-8.707.456,00	0,00%	0,00%
Outras Receitas de Capital	8.707.456,00	-	-8.707.456,00	0,00%	0,00%
TOTAL	42.041.788.033,00	38.462.558.547,94	-3.579.229.485,06	91,49%	100,00%

Fonte: Boletim da Receita em Dezembro/2013 [STS064R] - Sistema SOF.

¹ - Deduzido o Grupo 9000.

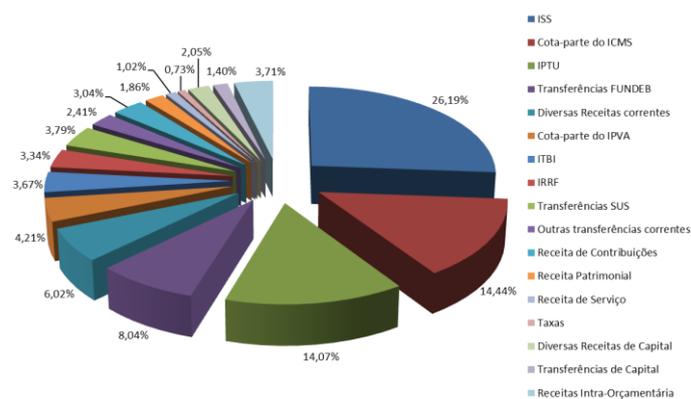
² - Valores em unidade de real.

A seguir apresentamos quadro e gráfico das principais receitas orçamentárias:

RECEITAS ¹	REALIZADA	% REALIZADA S/ TOTAL
CORRENTES	35.707.638.117,47	92,84
ISS	10.073.340.125,08	26,19
Cota-parte do ICMS	5.555.427.810,49	14,44
IPTU	5.411.427.058,74	14,07
Transferências FUNDEB	3.090.973.207,22	8,04
Diversas Receitas correntes	2.316.952.392,36	6,02
Cota-parte do IPVA	1.619.803.027,36	4,21
Transferências SUS	1.458.551.155,38	3,79
ITBI	1.413.199.158,83	3,67
IRRF	1.285.107.058,56	3,34
Receita de Contribuições	1.171.054.450,29	3,04
Outras transferências correntes	925.906.609,68	2,41
Receita Patrimonial	713.509.071,40	1,86
Receita de Serviço	391.406.001,59	1,02
Taxas	280.980.990,49	0,73
DE CAPITAL	1.326.711.263,70	3,45
Diversas Receitas de Capital	787.384.722,30	2,05
Transferências de Capital	539.326.541,40	1,40
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIA	1.428.209.166,77	3,71
TOTAL	38.462.558.547,94	100,00

¹ - Deduzido o Grupo 9000.

² - Valores em unidade de real.



2.1.4 COMPARATIVO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA – 2012 E 2013

A seguir apresentamos quadro comparativo da Receita Orçamentária Consolidada de 2012 e 2013:

RECEITAS ¹	2012	2013	VARIÇÃO NOMINAL		% VARIÇÃO
	(I)	(II)	R\$ = (II - I)	%	REAL ³
CORRENTE	33.131.552.147,53	35.707.638.117,47	2.576.085.969,94	7,78	1,76
Tributária	17.498.340.994,29	18.464.054.391,70	965.713.397,41	5,52	(0,37)
Contribuições	1.072.743.232,64	1.171.054.450,29	98.311.217,65	9,16	3,07
Patrimonial	670.040.511,68	713.509.071,40	43.468.559,72	6,49	0,55
Serviços	403.513.095,15	391.406.001,59	-12.107.093,56	(3,00)	(8,41)
Transferências Correntes	11.159.568.849,90	12.650.661.810,13	1.491.092.960,23	13,36	7,04
Outras Receitas Correntes	2.327.345.463,87	2.316.952.392,36	-10.393.071,51	(0,45)	(6,00)
INTRA-ORÇAMENTÁRIA	1.328.532.348,52	1.428.209.166,77	99.676.818,25	7,50	1,50
Receitas Correntes Intra	1.328.532.348,52	1.428.209.166,77	99.676.818,25	7,50	1,50
CAPITAL	2.825.205.324,10	1.326.711.263,70	-1.498.494.060,40	(53,04)	(55,66)
Operações de Crédito	94.795.768,60	-	-94.795.768,60	(100,00)	(100,00)
Amortização de Empréstimos	21.502.597,58	25.241.624,56	3.739.026,98	17,39	10,84
Alienação de Bens	1.699.841.142,76	11.630.220,36	-1.688.210.922,40	(99,32)	(99,35)
Transferência de Capital	496.755.259,08	539.326.541,40	42.571.282,32	8,57	2,51
Outras Receitas de Capital	512.310.556,08	750.512.877,38	238.202.321,30	46,50	38,32
TOTAL	37.285.289.820,15	38.462.558.547,94	1.177.268.727,79	3,16	(2,60)

Fonte: Balanço Financeiro Consolidado dos Exercícios de 2012 e de 2013.

¹ - Deduzido o Grupo 9000.

² - Em unidade de real.

³ - Variação real da receita obtida considerando-se a inflação de 2013 - IPCA de 5,91%.

Observa-se que o comparativo entre a Receita Orçamentária 2012/2013 apresenta uma Variação Nominal Positiva de 3,16%, porém quando considerando o índice de inflação do período atual, o comparativo reflete uma Variação Real Negativa de 2,60%.

2.2 EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA

A despesa orçamentária é o fluxo que deriva da utilização de crédito consignado no orçamento da entidade, podendo ou não diminuir a situação líquida patrimonial.

A seguir apresentamos uma síntese da movimentação da Despesa Orçamentária ocorrida em 2013, na Prefeitura de São Paulo:

DESPESA	ORÇADA (a)	ANULAÇÃO (b)	CRÉDITOS ADICIONAIS DIVERSOS(c)	CRÉDITOS ADICIONAIS P/ SUPERÁVIT FINANCEIRO (d)	CRÉDITOS AUTORIZADO (e) = a+b+c+d	DESPESA REALIZADA (f)	% S/TOTAL	ECONOMIA ORÇAMENTÁRIA (g) = e - f
ADMINISTRAÇÃO DIRETA (Exceto Legislativo)	33.576.746.467,00	-1.607.363.002,33	1.086.941.203,15	537.599.792,18	33.593.924.460,00	30.432.214.398,53	77,76%	3.161.710.061,47
ADMINISTRAÇÃO DIRETA - Legislativo	841.077.355,00	-100.853.108,58	-	-	740.224.246,42	629.950.523,26	1,61%	110.273.723,16
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	7.623.964.211,00	-101.367.649,87	722.642.557,63	23.171.460,44	8.268.410.579,20	8.073.927.273,36	20,63%	194.483.305,84
TOTAL	42.041.788.033,00	-1.809.583.760,78	1.809.583.760,78	560.771.252,62	42.602.559.285,62	39.136.092.195,15	100,00%	3.466.467.090,47

¹ Valores em unidade de real.

Observa-se que a execução da Despesa Orçamentária atingiu em 2013 o montante de R\$ 39.136.092.195,15, incluídas as despesas intra-orçamentárias, e representou 91,86% do total utilizados dos Créditos Autorizados no montante de R\$ 42.602.559.285,62 e a Economia Orçamentária de R\$ 3.466.467.090,47. Destaca-se:

- i. Da despesa fixada houve um acréscimo de R\$ 560.771.252,62, advindo da abertura de Créditos Adicionais pela utilização do Superávit Financeiro de 2012.
- ii. Das despesas realizadas, a Administração Direta participou com 79,37% e a Administração Indireta com 20,63%.

2.2.1 DESPESA POR CATEGORIA ECONÔMICA

As Despesas Orçamentárias estruturam-se, segundo a categoria econômica, em:

- Despesas Correntes – classificam-se nessa categoria todas as despesas que não contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital.
- Despesas de Capital – classificam-se nessa categoria aquelas despesas que contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital.

A PMSP apresentou o seguinte resultado orçamentário, segundo as despesas por categoria econômica:

Em R\$			
DESPESA	ADMINISTRAÇÃO DIRETA	ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	CONSOLIDADO
DESPESAS CORRENTES	26.045.084.485,91	7.934.241.053,29	33.979.325.539,20
DESPESAS DE CAPITAL	5.017.080.435,88	139.686.220,07	5.156.766.655,95
TOTAL	31.062.164.921,79	8.073.927.273,36	39.136.092.195,15

2.2.2 DESPESA POR GRUPO DE NATUREZA DE DESPESA – GND

O GND é um agregador de elementos de despesa com as mesmas características quanto ao objeto de gasto, e são agrupados em: Pessoal e Encargos Sociais; Juros e Encargos da Dívida; Outras Despesas Correntes; Investimentos; Inversões Financeiras e Amortização da Dívida.

A PMSP apresentou em 2013, os seguintes resultados na execução orçamentária da despesa por categoria econômica e elemento de despesa:

2.2.2.1 – DAS DESPESAS CORRENTES

As Despesas Correntes são destinadas à manutenção e ao funcionamento dos serviços públicos em geral e constituem despesas com: Pessoal e Encargos Sociais, Juros e Encargos da Dívida e Outras Despesas Correntes.

A PMSP apresentou no exercício de 2013 o seguinte resultado orçamentário das Despesas Correntes:

DESPESAS CORRENTES	ADMINISTRAÇÃO DIRETA	% S/TOTAL	ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	% S/TOTAL	CONSOLIDADO	% S/TOTAL
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	9.416.775.422,08	36,16%	645.723.391,50	8,14%	10.062.498.813,58	29,61%
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	2.071.455.584,78	7,95%	-	0,00%	2.071.455.584,78	6,10%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	14.556.853.479,05	55,89%	7.288.517.661,79	91,86%	21.845.371.140,84	64,29%
TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES	26.045.084.485,91	100,00%	7.934.241.053,29	100,00%	33.979.325.539,20	100,00%

¹Valores em unidade de real

Destaca-se:

- O total realizado como Despesas Correntes corresponde a 86,82% do total da Despesa Orçamentária (incluídas intra-orçamentária).
- As duas maiores participações das Despesas Correntes foram:
 - ✓ As Despesas com Pessoal e Encargos Sociais que totalizou o montante de R\$ 10.062.498.813,58, correspondendo a 29,61% das Despesas Correntes.
 - ✓ As Outras Despesas Correntes que totalizou o montante de R\$ 21.845.371.140,84, corresponde a 64,29% das Despesas Correntes e 55,82% da Despesa Total.

2.2.2.2 – DAS DESPESAS DE CAPITAL

As Despesas de Capital constituem despesas da Administração Pública com a intenção de adquirir ou construir bens de capital que contribuirão para a produção ou geração de bens ou serviços. Essa categoria divide-se em: Investimentos, Inversões Financeiras e Amortização da Dívida.

A PMSP apresentou no exercício de 2013 o seguinte resultado orçamentário das Despesas de Capital:

DESPESAS DE CAPITAL	ADMINISTRAÇÃO DIRETA	% S/TOTAL	ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	% S/TOTAL	CONSOLIDADO	% S/TOTAL
INVESTIMENTOS	3.742.950.541,71	74,60%	120.793.675,94	86,48%	3.863.744.217,65	74,93%
INVERSÕES FINANCEIRAS	22.210.333,27	0,44%	18.892.544,13	13,52%	41.102.877,40	0,80%
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.251.919.560,90	24,95%	-	0,00%	1.251.919.560,90	24,28%
TOTAL	5.017.080.435,88	100,00%	139.686.220,07	100,00%	5.156.766.655,95	100,00%

¹Valores em unidade de real.

Observa-se:

- O total realizado como Despesas de Capital corresponde a 13,18% do total da Despesa Orçamentária (incluídas intra-orçamentária).
- Do total das Despesas de Capital, a maior parcela de gastos foi alocada no grupo Investimentos, cujo montante de R\$ 3.863.744.217,65 representa 74,93% desta Categoria Econômica e 9,87% da Despesa Total.

2.1 Dos Investimentos destacam-se as despesas com:

- ✓ Obras e Instalações no montante de R\$ 1.653.059.772,32, correspondendo a 42,78% deste grupo e
- ✓ Aquisição de Imóveis no montante de R\$ 676.872.353,63, correspondendo a 17,52% deste grupo.

3. A Amortização da Dívida apresentou o montante de R\$ 1.251.919.560,90, correspondendo a 24,28% desta Categoria Econômica e 3,20% da Despesa Total.

2.2.3 DESPESA ORÇAMENTÁRIA POR PRINCIPAIS ELEMENTOS

A execução orçamentária de 2013 apresentou os seguintes principais elementos de despesas:

ELEMENTOS	(I)	(II)	III = (II - I)	S/AUTORIZADA IV= II/I	S/TOTAL REALIZADA
Serviços ¹	15.087.374.609,11	14.212.003.115,05	(875.371.494,06)	94,20%	36,31%
Pessoal e Encargos Sociais	10.348.033.423,85	10.062.498.813,58	(285.534.610,27)	97,24%	25,71%
Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas	3.951.702.570,07	3.948.921.820,72	(2.780.749,35)	99,93%	10,09%
Outras Despesas Correntes	2.971.046.000,55	2.899.943.818,93	(71.102.181,62)	97,61%	7,41%
Juros e Encargos da Dívida	2.189.528.165,39	2.071.455.584,78	(118.072.580,61)	94,61%	5,29%
Obras e Instalações	3.296.326.084,01	1.653.059.772,32	(1.643.266.311,69)	50,15%	4,22%
Amortização da Dívida	1.274.981.298,00	1.251.919.560,90	(23.061.737,10)	98,19%	3,20%
Outras Despesas de Capital	1.306.068.960,43	1.223.370.714,60	(82.698.245,83)	93,67%	3,13%
Material de Consumo	840.370.187,19	741.951.266,93	(98.418.920,26)	88,29%	1,90%
Auxílio Alimentação	652.014.948,84	643.887.743,03	(8.127.205,81)	98,75%	1,65%
Material de Distribuição Gratuita	244.582.369,06	241.493.661,83	(3.088.707,23)	98,74%	0,62%
Auxílio Transporte	87.327.061,83	77.538.244,43	(9.788.817,40)	88,79%	0,20%
Equipamentos e Mat.Permanente	165.856.851,50	66.945.200,65	(98.911.650,85)	40,36%	0,17%
Inversões Financeiras	186.346.755,79	41.102.877,40	(145.243.878,39)	22,06%	0,11%
Reserva de Contingência	1.000.000,00	0,00	(1.000.000,00)	0,00%	0,00%
TOTAL	42.602.559.285,62	39.136.092.195,15	(3.466.467.090,47)	91,86%	100,00%

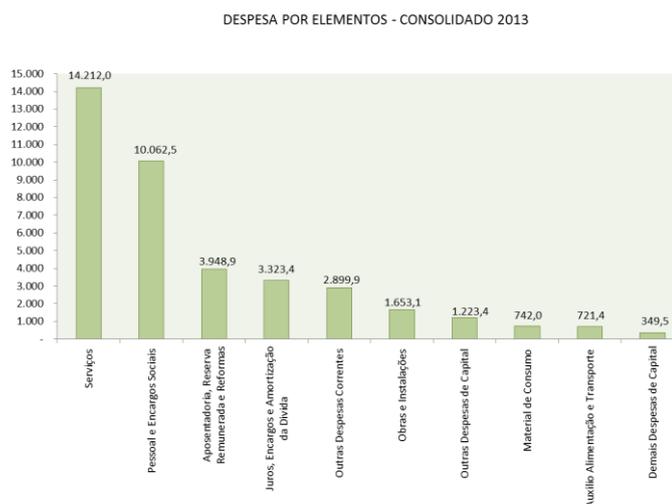
Fonte: Acompanhamento da Execução Orçamentária Consolidado Geral - por Conta Despesa do Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

¹ Serviços inclui: Serviços de Terceiros, Locação de Mão de Obra e Serviços de Consultoria.

² Valores em unidade de real.

A seguir, tabela e gráfico (em milhões de reais) representando os principais elementos de despesas utilizados na execução orçamentária de 2013:

Elemento Despesa	Valor
Serviços	14.212,0
Pessoal e Encargos Sociais	10.062,5
Aposentadoria, Reserva Remunera	3.948,9
Juros, Encargos e Amortização	3.323,4
Outras Despesas Correntes	2.899,9
Obras e Instalações	1.653,1
Outras Despesas de Capital	1.223,4
Material de Consumo	742,0
Auxílio Alimentação e Transporte	721,4
Demais Despesas de Capital	349,5
TOTAL	39.136,1



2.2.4 DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO

Da realização da despesa da PMSP em 2013, segundo os projetos e atividades desenvolvidos pelas unidades administrativas responsáveis pela execução da despesa, os mais significativos foram nas áreas relacionadas com as Funções de Governo:

- ✓ 12 – Educação: R\$ 8.118.008.810,90 que representa 20,74%;
- ✓ 10 – Saúde: R\$ 7.122.435.445,96 que representa 18,20%;
- ✓ 09 – Previdência Social: R\$ 6.349.590.227,33 que representa 16,22%;
- ✓ 15 – Urbanismo: R\$ 4.499.775.654,75 que representa 11,50%;
- ✓ 28 - Encargos Especiais: R\$ 4.414.950.259,26 que representa 11,28% e
- ✓ 26 – Transportes: R\$ 2.781.881.401,36 que representa 7,11%.

Com referência à função 28 – Encargos Especiais destaca-se que a maior concentração dos seus gastos foi com o Serviço da Dívida (Juros, Encargos e Amortização), representando o montante de R\$ 3.323.375.145,68 o que equivale a 75,28% do total desta Função.

A seguir, tabela e gráfico das despesas realizadas por função :

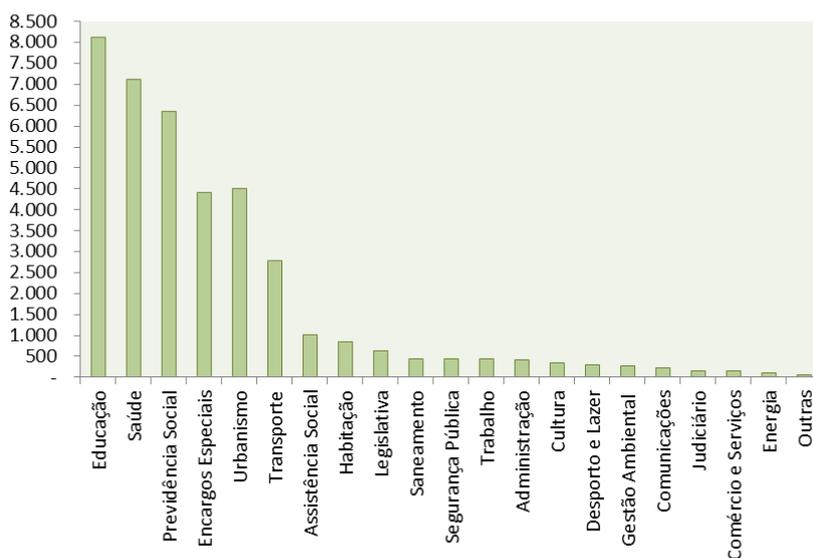
FUNÇÕES	AUTORIZADA	REALIZADA	DIFERENÇA	% REALIZADA	% PARTICIPAÇÃO
	(I)	(II)	III = (I - II)	S/ AUTORIZADA	S/ REALIZADA
Educação	8.517.498.512,74	8.118.008.810,90	399.489.701,84	95,31%	20,74%
Saúde	7.250.403.377,35	7.122.435.445,96	127.967.931,39	98,24%	18,20%
Previdência Social	6.377.212.746,15	6.349.590.227,33	27.622.518,82	99,57%	16,22%
Urbanismo	5.077.356.410,98	4.499.775.654,75	577.580.756,23	88,62%	11,50%
Encargos Especiais	4.566.518.727,16	4.414.950.259,26	151.568.467,90	96,68%	11,28%
Transporte	3.039.487.069,23	2.781.881.401,36	257.605.667,87	91,52%	7,11%
Assistência Social	1.161.252.220,71	1.008.230.856,27	153.021.364,44	86,82%	2,58%
Habitação	1.662.043.185,29	846.625.442,73	815.417.742,56	50,94%	2,16%
Legislativa	740.224.246,42	629.950.523,26	110.273.723,16	85,10%	1,61%
Saneamento	733.310.572,72	448.644.761,63	284.665.811,09	61,18%	1,15%
Segurança Pública	481.646.318,25	446.126.585,49	35.519.732,76	92,63%	1,14%
Trabalho	555.200.936,51	442.132.145,12	113.068.791,39	79,63%	1,13%
Administração	508.724.638,94	426.388.518,73	82.336.120,21	83,82%	1,09%
Cultura	411.197.664,65	352.768.123,53	58.429.541,12	85,79%	0,90%
Desporto e Lazer	404.846.163,91	290.901.722,90	113.944.441,01	71,85%	0,74%
Gestão Ambiental	371.316.016,49	275.024.808,29	96.291.208,20	74,07%	0,70%
Comunicações	223.024.611,00	213.733.655,63	9.290.955,37	95,83%	0,55%
Judiciário	162.722.691,47	160.969.150,14	1.753.541,33	98,92%	0,41%
Comércio e Serviços	157.578.874,53	141.992.013,81	15.586.860,72	90,11%	0,36%
Energia	112.794.050,37	105.467.151,37	7.326.899,00	93,50%	0,27%
Direitos da Cidadania	66.461.970,73	48.754.047,76	17.707.922,97	73,36%	0,12%
Relações Exteriores	10.657.058,00	6.537.264,65	4.119.793,35	61,34%	0,02%
Agricultura	9.885.326,27	5.034.549,28	4.850.776,99	50,93%	0,01%
Defesa Nacional	195.895,75	169.075,00	26.820,75	86,31%	0,00%
Reserva de Contingência	1.000.000,00	-	1.000.000,00	0,00%	0,00%
TOTAL	42.602.559.285,62	39.136.092.195,15	3.466.467.090,47	91,86%	100,00%

Fonte : Acompanhamento da Despesa por Função do Sistema de Orçamento e Finanças - SOF e Anexo II, do RREO, LRF 6ºB/13.

¹Valores em unidade de real.

DESPESA POR FUNÇÃO - CONSOLIDADO 2013

R\$ milhões



2.2.3 DESPESA POR FONTE DE RECURSOS

O orçamento da PMSF, em 2013, apresentou o seguinte resultado segundo as diversas Fontes de Recursos:

FONTE DE RECURSO	ORÇAMENTO CONSOLIDADO			% S/Total Executado
	INICIAL	ATUALIZADO	EXECUTADO	
00 TESOURO MUNICIPAL	27.870.386.899,00	28.957.577.030,56	27.621.593.048,26	70,58%
01 OPERAÇÕES DE CRÉDITO	47.902.424,00	47.902.424,00	2.240.912,06	0,01%
02 TRANSFERÊNCIAS FEDERAIS	4.164.002.662,00	3.408.618.331,16	2.753.399.638,84	7,04%
03 TRANSFERÊNCIAS ESTADUAIS	1.025.436.433,00	1.073.639.807,83	550.199.783,71	1,41%
04 FUNDO CONSTITUCIONAL DA EDUCAÇÃO	3.366.100.317,00	3.361.600.317,00	3.224.214.864,18	8,24%
05 OUTRAS FONTES	143.225.006,00	142.578.288,96	48.870.611,83	0,12%
06 RECURSOS PRÓPRIOS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	2.606.627.282,00	2.507.425.824,80	2.481.495.624,90	6,34%
08 TESOURO MUNICIPAL - RECURSOS VINCULADOS	2.786.011.010,00	3.074.727.219,84	2.443.458.561,16	6,24%
09 RECURSOS PRÓPRIOS DA EMPRESA DEPENDENTE	32.096.000,00	28.490.041,47	10.619.150,21	0,03%
TOTAL	42.041.788.033,00	42.602.559.285,62	39.136.092.195,15	100,00%

¹Valores em unidade de real.

Da execução orçamentária segundo as Fontes de Recursos destaca-se que a maior parcela pertence à Fonte 00 – Tesouro Municipal, que teve a participação de 70,58% do total da despesa realizada no exercício.

2.2.4 DAS DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Conforme disposto no Art. 37 da Lei Federal nº 4.320/64, as Despesas de Exercícios Anteriores – DEA, correspondem a uma faculdade legal que permite o reconhecimento de despesas de exercícios encerrados à conta do orçamento vigente e só irão afetar o sistema orçamentário e, conseqüentemente, o resultado patrimonial do exercício em que forem empenhadas.

No Município de São Paulo, as despesas processadas no exercício de 2013, correspondentes a despesas incorridas em exercícios anteriores, totalizaram R\$ 136.597.503,11, sendo 52,68% dessas despesas provenientes de Outras Despesas Correntes.

DESPESAS REALIZADAS POR DEA	EXECUTADO	% S/Total
CORRENTE	73.429.778,43	53,76%
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.464.937,46	1,07%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	71.964.840,97	52,68%
DE CAPITAL	63.167.724,68	46,24%
INVESTIMENTOS	63.167.724,68	46,24%
TOTAL	136.597.503,11	100,00%

*Valores em unidade de real.

2.2.5 DAS DESPESAS COM INCENTIVOS CULTURAIS – 2013

A seguir apresentamos dados¹ referente às despesas com Incentivos Culturais no exercício de 2013.

Órgão: 28 – Encargos Gerais do Município

Unidade: 25 – Recursos Supervisionados pela Secretaria Municipal de Cultura

Dotação: 28.25.13.392.1320.6861 – Realização de Projetos Culturais com Incentivos Fiscais

Despesa detalhada:

DESPESA	AUTORIZADO	EMPENHADO	PAGO	RESTOS A PAGAR	SALDO DOTAÇÃO
3390.3600- Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	95.000,00	-	-	-	95.000,00
3390.3900- Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	3.087.951,80	2.488.520,02	2.411.890,97	76.629,05	599.431,78
TOTAL	3.182.951,80	2.488.520,02	2.411.890,97	76.629,05	694.431,78

Em R\$

Observa-se que foram executados 78,18% da despesa total autorizada para Realização de Projetos Culturais com Incentivos Fiscais.

2.2.6 DA EXECUÇÃO DOS FUNDOS MUNICIPAIS DO PODER EXECUTIVO

O orçamento dos Fundos Municipais do Poder Executivo² encontra-se agregado ao total orçado para a Administração Direta e Empresa Estatal Dependente³.

Na Administração Direta cada Fundo Municipal está vinculado a uma Secretaria Municipal e está integrado ao orçamento com um número de órgão específico.

¹ Fonte: Comissão de Averiguação e Avaliação de Projetos Culturais da Secretaria Municipal da Cultura.

² Fundos Especiais da Câmara Municipal e Tribunal de Contas são operacionalizados no âmbito do Poder Legislativo.

³ Fundo Municipal de Habitação está vinculado à empresa estatal dependente – Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo.

Os Fundos Municipais são operacionalizados pelas Unidades Orçamentárias da Secretaria a que se vinculam ou a Empresa Estatal Dependente, por meio da execução orçamentária no Sistema de Orçamento e Finanças - SOF e estão inclusos nos demonstrativos orçamentários, financeiros e contábeis da Lei Federal nº 4.320/64, Lei Orgânica e Lei de Responsabilidade Fiscal.

Do montante do Orçamento de 2013 foi orçado para os Órgãos/Fundos o montante de R\$ 8.899,2 milhões, sendo R\$ 8.783,3 milhões na Administração Direta e R\$ 115,9 milhões na Empresa Estatal Dependente.

Entretanto, esse valor foi atualizado no decorrer de 2013, passando a configurar um orçamento atualizado de R\$ 9.495,0 milhões.

O total empenhado pelos Órgãos/Fundos foi de R\$ 8.763,1 milhões, o que representa a utilização de 92,29% do orçamento atualizado, conforme demonstrado a seguir:

ÓRGÃO/FUNDO	ORÇAMENTO INICIAL	Acréscimos ou Decrécimo	ORÇAMENTO ATUALIZADO	TOTAL EMPENHADO	% EXECUTADO SOBRE ORÇ. ATUALIZADO
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	8.783.264.322,00	579.067.692,31	9.362.332.014,31	8.720.429.486,09	93,14%
PODER LEGISLATIVO	7.500.000,00	3.030.000,00	10.530.000,00	3.353.684,02	31,85%
09.20 - FUNDO ESPECIAL DE DESPESAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO	4.550.000,00	3.030.000,00	7.580.000,00	2.260.849,17	29,83%
10.20 - FUNDO ESPECIAL DE DESPESA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO	2.950.000,00	-	2.950.000,00	1.092.834,85	37,05%
PODER EXECUTIVO	8.775.764.322,00	576.037.692,31	9.351.802.014,31	8.717.075.802,07	93,21%
84 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	5.657.127.975,00	400.304.753,61	6.057.432.728,61	5.947.668.052,02	98,19%
86 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL E INFRAESTRUTURA	624.949.125,00	253.338,42	625.202.463,42	391.459.840,35	62,61%
87 - FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DE TRÂNSITO	1.017.906.240,00	50.244.749,20	1.068.150.989,20	989.749.109,76	92,66%
88 - FUNDO DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURA	1.709.300,00	-	1.709.300,00	-	0,00%
89 - FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES, LAZER E RECREAÇÃO	3.329.356,00	12.098.941,27	15.428.297,27	9.823.269,22	63,67%
90 - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	130.407.193,00	-	130.407.193,00	35.195.010,52	26,99%
93 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	796.509.181,00	786.902,77	797.296.083,77	756.408.038,43	94,87%
94 - FUNDO ESPECIAL DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	82.148.571,00	33.534.474,56	115.683.045,56	78.291.654,70	67,68%
95 - FUNDO ESPECIAL DE PROMOÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS	12.830.000,00	1.033.946,00	13.863.946,00	12.527.799,01	90,36%
96 - FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO	600.000,00	-	600.000,00	456.000,00	76,00%
97 - FUNDO DE PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL E AMBIENTAL PAULISTANO	2.144.455,00	-	2.144.455,00	-	0,00%
98 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO URBANO	160.000.000,00	803.850,74	160.803.850,74	141.423.142,95	87,95%
99 - FUNDO MUNICIPAL DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	286.102.926,00	76.976.735,74	363.079.661,74	354.073.885,11	97,52%
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	115.898.532,00	16.800.000,00	132.698.532,00	42.681.779,72	32,16%
91 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO	115.898.532,00	16.800.000,00	132.698.532,00	42.681.779,72	32,16%
TOTAL	8.899.162.854,00	595.867.692,31	9.495.030.546,31	8.763.111.265,81	92,29%

O total da Despesa Paga pelos Órgãos/Fundos corresponde ao montante de R\$ 8.101,5 milhões.

Do valor total empenhado pelos Órgãos/Fundos de R\$ 8.763,1 milhões, foram utilizados R\$ 7.778,6 milhões em Despesa Corrente e R\$ 984,5 em Despesa de Capital, conforme demonstrado a seguir:

ÓRGÃO/FUNDO	DESPESA CORRENTE	DESPESA DE CAPITAL	TOTAL
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	7.773.383.200,73	947.046.285,36	8.720.429.486,09
PODER LEGISLATIVO	1.851.613,85	1.502.070,17	3.353.684,02
09.20 - FUNDO ESPECIAL DE DESPESAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO	1.112.879,95	1.147.969,22	2.260.849,17
10.20 - FUNDO ESPECIAL DE DESPESA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO	738.733,90	354.100,95	1.092.834,85
PODER EXECUTIVO	7.771.531.586,88	945.544.215,19	8.717.075.802,07
84 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	5.834.192.575,02	113.475.477,00	5.947.668.052,02
86 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL E INFRAESTRUTURA	-	391.459.840,35	391.459.840,35
87 - FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DE TRÂNSITO	836.389.228,76	153.359.881,00	989.749.109,76
89 - FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES, LAZER E RECREAÇÃO	9.823.269,22	-	9.823.269,22
90 - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	32.743.439,35	2.451.571,17	35.195.010,52
93 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	754.354.928,73	2.053.109,70	756.408.038,43
94 - FUNDO ESPECIAL DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	29.359.374,15	48.932.280,55	78.291.654,70
95 - FUNDO ESPECIAL DE PROMOÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS	12.527.799,01	-	12.527.799,01
96 - FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO	456.000,00	-	456.000,00
97 - FUNDO DE PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL E AMBIENTAL PAULISTANO	-	-	-
98 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO URBANO	-	141.423.142,95	141.423.142,95
99 - FUNDO MUNICIPAL DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	261.684.972,64	92.388.912,47	354.073.885,11
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	5.279.578,85	37.402.200,87	42.681.779,72
91 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO	5.279.578,85	37.402.200,87	42.681.779,72
TOTAL	7.778.662.779,58	984.448.486,23	8.763.111.265,81

Por fim, os Órgãos/Fundos apresentaram a seguinte situação de Restos a Pagar, em 31/12/2013:

ÓRGÃO/FUNDO	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR					INSCRIÇÃO TOTAL
	EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010	EXERCÍCIO 2011	EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2013	
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	119.430,63	135.964,17	198.797,35	806.173,10	654.857.246,05	656.117.611,30
PODER LEGISLATIVO	-	-	-	572.128,33	785.331,49	1.357.459,82
09.20 - FUNDO ESPECIAL DE DESPESAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO	-	-	-	459.936,42	651.693,71	1.111.630,13
10.20 - FUNDO ESPECIAL DE DESPESA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO	-	-	-	112.191,91	133.637,78	245.829,69
PODER EXECUTIVO	119.430,63	135.964,17	198.797,35	234.044,77	654.071.914,56	654.760.151,48
18 - SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	47.208,69	1.401,29	16.974,07	30.620,45	-	96.204,50
84 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	-	-	-	-	218.786.723,36	218.786.723,36
86 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL E INFRAESTRUTURA	-	-	-	152.638,98	39.233.603,79	39.386.242,77
87 - FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DE TRÂNSITO	-	-	-	-	175.133.021,07	175.133.021,07
89 - FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES, LAZER E RECREAÇÃO	-	-	-	-	4.730.109,96	4.730.109,96
90 - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	-	-	-	13.041,36	5.242.444,10	5.255.485,46
93 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	72.221,94	134.562,88	75.140,47	33.892,50	49.327.035,45	49.642.853,24
94 - FUNDO ESPECIAL DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	-	-	-	-	44.967.337,82	44.967.337,82
95 - FUNDO ESPECIAL DE PROMOÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS	-	-	-	-	1.484.017,53	1.484.017,53
97 - FUNDO DE PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL E AMBIENTAL PAULISTANO	-	-	-	-	-	-
98 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO URBANO	-	-	106.682,81	3.851,48	35.377.235,04	35.487.769,33
99 - FUNDO MUNICIPAL DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	-	-	-	-	79.790.386,44	79.790.386,44
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	-	-	-	-	6.713.404,26	6.713.404,26
91 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO	-	-	-	-	6.713.404,26	6.713.404,26
TOTAL	119.430,63	135.964,17	198.797,35	806.173,10	661.570.650,31	662.831.015,56

2.3 SÍNTESE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A seguir apresentamos a síntese da execução orçamentária de 2013:

Em R\$			
ORÇAMENTO	ADMINISTRAÇÃO DIRETA	ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	CONSOLIDADO
RECEITA			
Realizada	35.831.413.729,15	2.631.144.818,79	38.462.558.547,94
(-) Prevista	39.187.362.267,00	2.854.425.766,00	42.041.788.033,00
(=) INSUFICIÊNCIA DE ARRECAÇÃO	-3.355.948.537,85	-223.280.947,21	-3.579.229.485,06
DESPESA			
Executada	31.062.164.921,79	8.073.927.273,36	39.136.092.195,15
(-) Autorizada	34.334.148.706,42	8.268.410.579,20	42.602.559.285,62
(=) ECONOMIA ORÇAMENTÁRIA	3.271.983.784,63	194.483.305,84	3.466.467.090,47
ATUALIZADO			
Receita Prevista Atualizada	39.187.362.267,00	2.854.425.766,00	42.041.788.033,00
(-) Despesa Fixada Atualizada	34.334.148.706,42	8.268.410.579,20	42.602.559.285,62
(=) ORÇAMENTO SUPERAVITÁRIO/DEFICITÁRIO	4.853.213.560,58	-5.413.984.813,20	-560.771.252,62
EXECUTADO			
Receita realizada	35.831.413.729,15	2.631.144.818,79	38.462.558.547,94
(-) Despesa executada	31.062.164.921,79	8.073.927.273,36	39.136.092.195,15
(=) SUPERÁVIT/DEFÍCIT DE EXECUÇÃO	4.769.248.807,36	-5.442.782.454,57	-673.533.647,21

2.4 RESULTADO ORÇAMENTÁRIO EM 2013

A seguir, apresentamos quadro demonstrativo da realização das receitas e a execução das despesas orçamentárias dos últimos dois exercícios:

RECEITA	2012	2013	2013/2012 (%)	DESPESA	2012	2013	2013/2012 (%)
RECEITAS CORRENTES	34.460.084.496,05	37.135.847.284,24	7,76%	DESPESAS CORRENTES	31.559.777.804,67	33.979.325.539,20	7,67%
Receita Tributária	17.498.340.994,29	18.464.054.391,70	5,52%	Pessoal e Encargos Sociais	7.993.754.758,04	8.632.842.748,36	7,99%
Receita de Contribuições	1.072.743.232,64	1.171.054.450,29	9,16%	Pessoal e Encargos Sociais Intra-Orçamentária	1.312.690.449,09	1.429.656.065,22	8,91%
Receita Patrimonial	670.040.511,68	713.509.071,40	6,49%	Juros e Encargos da Dívida	2.624.304.040,75	2.071.455.584,78	-21,07%
Receita de Serviços	403.513.095,15	391.406.001,59	-3,00%	Outras Despesas Correntes	19.623.638.851,70	21.840.452.856,49	11,30%
Transferências Correntes	11.159.568.849,90	12.650.661.810,13	13,36%	Outras Despesas Correntes Intra-Orçamentária	5.389.705,09	4.918.284,35	-8,75%
Outras Receitas Correntes	2.327.345.463,87	2.316.952.392,36	-0,45%	DESPESAS DE CAPITAL	4.840.327.171,34	5.156.766.655,95	6,54%
Receitas Intra-Orçamentárias Correntes	1.328.532.348,52	1.428.209.166,77	7,50%	Investimentos	3.603.568.460,46	3.863.744.217,65	7,22%
RECEITAS DE CAPITAL	2.825.205.324,10	1.326.711.263,70	-53,04%	Inversões Financeiras	52.329.197,87	41.102.877,40	-21,45%
Operações de Crédito	94.795.768,60	-	-100,00%	Amortização da Dívida	1.184.429.513,01	1.251.919.560,90	5,70%
Alienação de Bens	1.699.841.142,76	11.630.220,36	-99,32%				
Amortização de Empréstimo	21.502.597,58	25.241.624,56	17,39%				
Transferências de Capital	496.755.259,08	539.326.541,40	8,57%				
Outras Receitas de Capital	512.310.556,08	750.512.877,38	46,50%				
TOTAL DAS RECEITAS ¹	37.285.289.820,15	38.462.558.547,94	3,16%	TOTAL DAS DESPESAS	36.400.104.976,01	39.136.092.195,15	7,52%

¹ - Deduzido o Grupo 9000.

² - Valores em unidade de real.

Podemos observar que o Balanço Orçamentário Consolidado da Prefeitura de São Paulo em 2013 apresentou um crescimento nominal no total das Receitas de 3,16% e das Despesas de 7,52%.

Observamos ainda que as Receitas Correntes tiveram um crescimento nominal de 7,76% enquanto as Despesas Correntes um acréscimo de 7,67% e as Receitas de Capital um decréscimo de 53,04% enquanto as Despesas de Capital tiveram um incremento de 6,54%.

2.5 DA ANÁLISE DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

A análise do Balanço Orçamentário tem como objetivo apresentar indicadores que servirão de suporte para a análise da gestão orçamentária. Neste sentido, apresentamos alguns indicadores de gestão orçamentária, conforme segue:

- ✚ **Excesso/Insuficiência de Arrecadação:** uma diferença a maior ou a menor entre as colunas Previsão Atualizada e Receita Realizada correspondem à insuficiência ou excesso de arrecadação ocorrido no exercício.

Analisando o Balanço Orçamentário Consolidado (BOC) da Prefeitura de São Paulo (PMSP) observa-se uma **Insuficiência de Arrecadação no montante de R\$ 3.579.229,485,06** – decorrente do confronto entre a arrecadação de R\$ 38.462.558.547,94 e a estimativa da Receita Orçamentária de R\$ 42.041.788.033,00.

- ✚ **Economia na realização de despesa:** a diferença a maior entre os valores da Dotação Atualizada e da Despesa Empenhada correspondem a uma economia na realização de despesa, pois parte da dotação autorizada, não foi utilizada para a execução de despesas.

Analisando o BOC da PMSP observa-se uma **economia na realização da despesa de R\$ 3.466.467.090,47** – decorrente do confronto entre a Dotação Atualizada de R\$ 42.602.559.285,62 e a Despesa Executada R\$ 39.136.092.195,15.

- ✚ **Inscrição de Restos a Pagar:** a comparação entre:

a) Despesas Liquidadas (-) Despesas Pagas = Restos a Pagar Processados (RPP) inscritos no exercício.

Assim, a diferença entre R\$ 36.783.526.412,03 e R\$ 36.485.494.842,87 importa na inscrição pela PMSP em 2013 de **R\$ 298.031.569,16 de RPP**.

b) Despesas Empenhadas (-) Despesas Liquidadas = Restos a Pagar Não Processados (RPNP) inscritos no exercício.

Assim, a diferença entre R\$ 39.136.092.195,15 e R\$ 36.783.526.412,03 importa na inscrição pela PMSP (2013) de **R\$ 2.352.565.783,12 de RPNP**.

- ✚ **Quociente do Resultado Orçamentário** – é resultante da relação entre a Receita Realizada e a Despesa Empenhada, indicando a existência de um resultado superavitário, deficitário ou nulo. Assim, um índice igual a 1, representa um resultado nulo, maior que 1, indica superávit e menor que 1, déficit.

Em 2013, a Prefeitura de São Paulo, apresentou um Resultado Deficitário, ou seja, quociente menor que 1, conforme demonstrado a seguir:

$$\frac{\text{Receita Realizada}}{\text{Despesa Executada}} = \frac{38.462.558.547,94}{39.136.092.195,15} = 0,98$$

✚ **Quociente da Execução Orçamentária Corrente** – é resultante da relação entre a Receita Realizada Corrente (Líquida) e a Despesa Empenhada Corrente. A interpretação desse quociente indica se as receitas correntes suportaram as despesas correntes ou se foi necessário utilizar receitas de capital para financiar despesas correntes.

Em 2013, a Prefeitura de São Paulo, apresentou o seguinte Resultado da Execução Orçamentária Corrente:

$$\frac{\text{Receita Realizada Corrente (Líquida)}}{\text{Despesa Empenhada Corrente}} = \frac{37.135.847.284,24}{33.979.325.539,20} = 1,09$$

✚ **Cumprimento a Regra de Ouro:**

O Quociente da Execução Orçamentária Corrente apresentado pela PMSP em 2013 afirma que as Receitas Realizadas Correntes foram suficientes para atender as Despesas Correntes e ainda financiar parte das Despesas de Capital, cumprindo assim a Regra de Ouro contida no artigo 167, inciso III da Constituição Federal.

2.6 COMPORTAMENTO DO RESULTADO ORÇAMENTÁRIO – ÚLTIMOS CINCO ANOS

Demonstramos a seguir o comportamento do resultado orçamentário (em milhões de reais), nos últimos cinco anos:

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	2009	2010	2011	2012	2013
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	1.601,9	3.279,3	2.338,4	3.606,7	4.769,3
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	-1.798,2	-2.056,9	-2.232,3	-2.721,6	-5.442,8
CONSOLIDADO	-196,3	1.222,4	106,1	885,1	-673,5

3 – BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro, de que trata o artigo 103 da Lei Federal n.º 4.320/64, tem por finalidade demonstrar a receita e despesa orçamentária, bem como os recebimentos e pagamentos de natureza extra orçamentária, conjugados aos saldos em espécie provenientes do exercício anterior e os que se transferem para o exercício seguinte.

Este balanço possibilita conhecer a situação das disponibilidades depois de confrontar o saldo financeiro do exercício anterior com o total das receitas realizadas e as despesas executadas.

DO SALDO NO INÍCIO DO EXERCÍCIO

As disponibilidades existentes no início do exercício financeiro de 2013 perfaziam o montante de:

- ✓ R\$ 5.682.546.629,58 na Administração Direta⁴
- ✓ R\$ 171.105.022,07 na Administração Indireta⁵
- ✓ **R\$ 5.853.651.651,65 no Consolidado**

DAS RECEITAS

As receitas orçamentárias alcançaram o montante de:

- ✚ R\$ 35.831.413.729,15 na Administração Direta;
- ✚ R\$ 2.631.144.818,79 na Administração Indireta;
- ✚ **R\$ 38.462.558.547,94 no Consolidado.**

As Transferências Ativas somaram a importância de:

- ✚ R\$ 636.938.059,92 na Administração Direta;
- ✚ R\$ 5.362.272.720,54 na Administração Indireta;
- ✚ **R\$ 5.999.210.780,46 no Consolidado.**

Os recebimentos de natureza extra orçamentária somaram a importância de:

- ✚ R\$ 44.273.463.911,60 na Administração Direta;
- ✚ R\$ 1.017.194.855,61 na Administração Indireta;
- ✚ **R\$ 45.290.658.767,21 no Consolidado.**

DAS DESPESAS

As despesas orçamentárias alcançaram o montante de:

- ✚ R\$ 31.062.164.921,79 na Administração Direta;
- ✚ R\$ 8.073.927.273,36 na Administração Indireta;
- ✚ **R\$ 39.136.092.195,15 no Consolidado.**

⁴ Incluso Poder Legislativo.

⁵ Incluso Empresa Estatal Dependente.

A despesa orçamentária do exercício ocorreu da seguinte forma:

Despesa Orçamentária	ADM. DIRETA	ADM. INDIRETA	CONSOLIDADO
Empenhada	31.062.164.921,79	8.073.927.273,36	39.136.092.195,15
Não Empenhada	3.271.983.784,63	194.483.305,84	3.466.467.090,47
Liquidada	28.918.424.262,44	7.865.102.149,59	36.783.526.412,03
Não Liquidada	2.143.740.659,35	208.825.123,77	2.352.565.783,12
Liquidada e não Paga	189.473.043,15	108.558.526,01	298.031.569,16
Despesas Pagas	28.728.951.219,29	7.756.543.623,58	36.485.494.842,87
Saldo a Pagar	2.333.213.702,50	317.383.649,78	2.650.597.352,28

¹Valores em unidade de real.

A despesa efetivamente paga representou:

- ✓ R\$ 28.728.951.219,29 na Administração Direta e equivale a 92,49% da despesa realizada neste ente;
- ✓ R\$ 7.756.543.623,58 na Administração Indireta e equivale a 96,07% da despesa realizada neste ente;
- ✓ **R\$ 36.485.494.842,87 no Consolidado**, que corresponde a 93,23% da despesa realizada total.

As Transferências Passivas somaram a importância de:

- ✚ R\$ 5.987.837.408,90 na Administração Direta;
- ✚ R\$ 9.564.007,68 na Administração Indireta;
- ✚ **R\$ 5.997.401.416,58 no Consolidado.**

As despesas de natureza extra orçamentária alcançaram o montante de:

- ✚ R\$ 43.112.515.826,30 na Administração Direta;
- ✚ R\$ 738.415.591,19 na Administração Indireta;
- ✚ **R\$ 43.850.931.417,49 no Consolidado.**

A seguir apresentamos quadro detalhado das Transferências Ativas e Passivas:

TRANSFERÊNCIAS ATIVAS	5.999.210.780,46	TRANSFERÊNCIAS PASSIVAS	5.997.401.416,58
Repasse Recebidos	5.994.404.170,27	Repasse Concedidos	5.994.404.170,27
Hospital do Servidor Público Municipal	199.022.813,84	Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo	7.896.144,58
Instituto de Previdência Municipal de São Paulo	2.335.879.472,59	Fundo Municipal de Habitação - COHAB	611.347,21
Autarquia Hospitalar Municipal	860.349.496,39	Prefeitura do Município de São Paulo	5.985.896.678,48
Autarquia Municipal de Limpeza Urbana/FMLU	1.743.772.204,94		
Fundação Paulistana de Educação e Tecnologia	6.428.954,00		
Fundação Theatro Municipal de São Paulo	55.665.998,53		
Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo	121.638.878,80		
Fundo Municipal de Habitação - COHAB	39.514.901,45		
Tribunal de Contas do Município de São Paulo	182.250.000,00		
Câmara Municipal de São Paulo	444.540.000,00		
Fundo Especial de Despesas da Câmara Municipal de São Paulo	5.341.449,73		
Devolução de Repasses Concedidos	4.806.610,19	Devolução de Repasses Obtidos	2.997.246,31
Prefeitura do Município de São Paulo	4.806.610,19	Fundo Municipal de Habitação - COHAB	1.056.515,89
		Tribunal de Contas do Município de São Paulo	193.160,76
		Câmara Municipal de São Paulo	1.747.569,66

¹Valores em unidade de real.

3.1 RESULTADO DA EXECUÇÃO FINANCEIRA – CONSOLIDADO

Em decorrência da gestão financeira, as disponibilidades passaram de R\$ 5.853.651.651,65 (2012) para R\$ 6.621.654.718,04 (2013), verificando-se um acréscimo de R\$ 768.003.066,39, conforme demonstrado a seguir:

Receita Arrecadada	R\$	R\$
Orçamentária	38.462.558.547,94	
Extraorçamentária	<u>45.290.658.767,21</u>	83.753.217.315,15
(-) Despesas		
Orçamentária	-39.136.092.195,15	
Extraorçamentária	<u>-43.850.931.417,49</u>	-82.987.023.612,64
(-) Interferências Ativa/Passiva		
Recebido	5.999.210.780,46	
Concedido	<u>-5.997.401.416,58</u>	<u>1.809.363,88</u>
(=) Acréscimo Financeiro		768.003.066,39
(+) Saldo no Início do Exercício		<u>5.853.651.651,65</u>
Caixa	26.073,23	
Bancos	77.305.351,98	
Bancos, Contas Especiais	78.559.302,50	
Aplicações Financeiras	5.687.347.999,97	
Investimentos RPPS	<u>10.412.923,97</u>	
(=) Saldo no Final do Exercício		6.621.654.718,04

3.2 DA ANÁLISE DO BALANÇO FINANCEIRO

De acordo o MCASP⁶ a análise e a verificação do Balanço Financeiro têm como objetivo predominante preparar os indicadores que servirão de suporte para a avaliação da gestão financeira.

E que o objetivo do Balanço Financeiro é evidenciar os ingressos e dispêndios de recursos em um determinado exercício financeiro. Dessa forma, partindo do item Disponível do Exercício Anterior (saldo inicial), deve-se adicionar a receita orçamentária, as transferências financeiras recebidas e os recebimentos extraorçamentários e subtrair as despesas orçamentárias, as transferências financeiras concedidas e pagamentos extraorçamentários, chegando-se assim, no valor do Disponível para o Exercício Seguinte (saldo final).

Neste sentido, segue quadro ilustrando esta movimentação financeira ocorrida no Balanço Financeiro da PMSP no exercício de 2013:

	ADM. DIRETA	ADM. INDIRETA	CONSOLIDADO
DISPONÍVEL DO EXERCÍCIO (saldo inicial)	5.682.546.629,58	171.105.022,07	5.853.651.651,65
(+) RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	35.831.413.729,15	2.631.144.818,79	38.462.558.547,94
(+) TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	636.938.059,92	5.362.272.720,54	5.999.210.780,46
(+) RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	44.273.463.911,60	1.017.194.855,61	45.290.658.767,21
(-) DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	31.062.164.921,79	8.073.927.273,36	39.136.092.195,15
(-) TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	5.987.837.408,90	9.564.007,68	5.997.401.416,58
(-) PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	43.112.515.826,30	738.415.591,19	43.850.931.417,49
DISPONÍVEL PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE (saldo final)	6.261.844.173,26	359.810.544,78	6.621.654.718,04

¹Valores em unidade de real.

A seguir, apresentamos a análise dos Quocientes do Balanço Financeiro:

- ✚ **Quociente Orçamentário do Resultado Financeiro** – é resultante da relação entre o Resultado Orçamentário (Receita Orçamentária – Despesa Orçamentária) e a Variação do Saldo em Espécie. A interpretação desse quociente indica a parcela da variação do saldo do disponível que pode ser explicada pelo resultado orçamentário.

Em 2013, a Prefeitura de São Paulo, apresentou o seguinte Quociente Orçamentário do Resultado Financeiro:

$$\frac{\text{Resultado Orçamentário}}{\text{Variação do Saldo em Espécie}} = \frac{-673.533.647,21}{768.003.066,39} = (0,88)$$

- ✚ **Quociente do Resultado dos Saldos Financeiros** é resultante da relação entre o Saldo que passa para o Exercício Seguinte e o Saldo do Exercício Anterior. A interpretação desse quociente indica o impacto do resultado financeiro sobre o saldo em espécie.

Observa-se que a Prefeitura de São Paulo, apresentou em 2013 o seguinte Quociente do Resultado dos Saldos Financeiros:

$$\frac{\text{Saldo Exercício Seguinte}}{\text{Saldo Exercício Anterior}} = \frac{6.621.654.718,04}{5.853.651.651,65} = 1,13$$

Nota-se que a variação nas disponibilidades totais foi de 13%. Esse quociente maior que 1 demonstra que os recebimentos do exercício foram maiores que os pagamentos, e que houve um superávit financeiro.

4 – BALANÇO ECONÔMICO

A Demonstração das Variações Patrimoniais, de que trata o artigo 104 da Lei Federal n.º 4.320/64, evidencia as alterações ocorridas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício.

As **Variações Patrimoniais Ativas** evidenciam aumento na situação patrimonial pela incorporação de elementos no ativo ou pela diminuição de elementos no passivo, sendo:

- ✓ Resultantes da Execução Orçamentária: as variações patrimoniais ativas resultantes da execução orçamentária são representadas pelas receitas orçamentárias arrecadadas acrescidas das mutações patrimoniais da despesa.
- ✓ Independentes da Execução Orçamentária: as variações patrimoniais ativas independentes da execução orçamentária são originadas sempre por fatos de superveniências ativas, e/ou por insubsistências passivas.

As **Variações Patrimoniais Passivas** evidenciam diminuição da situação patrimonial pela incorporação de elementos no passivo ou pela diminuição de elementos no ativo, sendo:

- ✓ Resultantes da Execução Orçamentária: as variações patrimoniais passivas resultantes da execução orçamentária são representadas pelas despesas orçamentárias realizadas acrescidas das mutações patrimoniais da receita.
- ✓ Independentes da Execução Orçamentária: as variações patrimoniais passivas independentes da execução orçamentária ocorrem pela verificação de fatos de insubsistências ativas e/ou de superveniências passivas.

A seguir apresentamos as Variações Ativas e Passivas ocorridas no exercício de 2013 na Prefeitura de São Paulo:

VARIAÇÕES	ADM. DIRETA	ADM. INDIRETA	CONSOLIDADO
(+) Variações Ativas	52.159.463.958,48	8.608.828.258,91	60.768.292.217,39
Resultantes da Execução Orçamentária	37.660.355.743,83	2.815.499.423,31	40.475.855.167,14
Interferências Ativas	636.938.059,92	5.362.272.720,54	5.999.210.780,46
Independentes da Execução Orçamentária	13.862.170.154,73	431.056.115,06	14.293.226.269,79
(-) Variações Passivas	53.436.334.340,57	8.716.420.752,20	62.152.755.092,77
Resultantes da Execução Orçamentária	32.327.299.607,96	8.106.616.920,08	40.433.916.528,04
Interferências Passivas	5.987.837.408,90	9.564.007,68	5.997.401.416,58
Independentes da Execução Orçamentária	15.121.197.323,71	600.239.824,44	15.721.437.148,15
(=) DÉFICIT VERIFICADO	-1.276.870.382,09	-107.592.493,29	-1.384.462.875,38

¹Valores em unidade de real.

4.1 DO RESULTADO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS EM 2013

No exercício financeiro de 2013, a Prefeitura de São Paulo, apresentou um Déficit Patrimonial, oriundo do resultado positivo/negativo entre as variações patrimoniais, sendo:

- R\$ 1.276.870.382,09 na Administração Direta;
- R\$ 107.592.493,29 na Administração Indireta;
- R\$ 1.384.462.875,38 no Consolidado.

4.2 DA ANÁLISE DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

De acordo com o MCASP pela Demonstração das Variações Patrimoniais, deve-se avaliar o resultado patrimonial, que é afetado tanto por fatos orçamentários quanto extraorçamentários, observando os itens mais relevantes que interferiram no superávit ou déficit patrimonial.

A avaliação de gestão, a partir da Demonstração das Variações Patrimoniais, tem o objetivo de apurar o quanto e de que forma a administração influenciou nas alterações patrimoniais quantitativas e qualitativas do setor público.

O resultado patrimonial é um importante indicador de gestão fiscal, já que é o principal item que influencia na evolução do patrimônio líquido de um período, objeto de análise do anexo de metas fiscais integrante da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Neste sentido, apresentamos a seguir o **Quociente do Resultado das Variações Patrimoniais**, que é resultante da relação entre o Total das Variações Patrimoniais Aumentativas e o Total das Variações Patrimoniais Diminutivas. A interpretação desse quociente indica outra forma de se evidenciar o resultado patrimonial (Superávit ou Déficit Patrimonial).

Em 2013, a Prefeitura de São Paulo, apresentou o seguinte Quociente do Resultado das Variações Patrimoniais:

$$\frac{\text{Total das Variações Patrimoniais Aumentativas}}{\text{Total das Variações Patrimoniais Diminutivas}} = \frac{60.768.292.217,39}{62.152.755.092,77} = 0,98$$

Observa-se que o referido Quociente do Resultado das Variações Patrimoniais foi menor do que 1, confirmando o resultado patrimonial deficitário apresentado no exercício de 2013 pela Prefeitura de São Paulo.

5 – BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial evidencia a posição estática dos bens, direitos e obrigações resultantes da gestão econômica da Prefeitura e consoante ao estabelecido no artigo 105 da Lei nº. 4.320/64 demonstra:

- **Ativo Financeiro**, que compreende os créditos e valores realizáveis em curto prazo e movimentam-se independentemente de autorização orçamentária.
- **Ativo Permanente**, que compreendem todos os bens, créditos e valores fixos cuja mobilização ou alienação dependem de autorização legislativa.
- **Passivo Financeiro**, que compreende os compromissos exigíveis em curto prazo cujo pagamento independe de autorização orçamentária. Esses compromissos constituem a chamada "Dívida Flutuante" e, quando pagos, classificam-se como despesa extraorçamentária.
- **Passivo Permanente**, que compreende as dívidas fundadas interna e externa (compromissos com exigibilidade superior a 12 meses) e outras que dependem de autorização legislativa para amortização ou resgate.
- **Saldo Patrimonial**, que compreende o Ativo Real Líquido ou Saldo Patrimonial representa a diferença entre a soma do Ativo Real e o Passivo Real.
- **Contas de Compensação**, que registram os atos da Administração que não refletem de imediato sobre o patrimônio.

Em 31/12/13 a situação patrimonial da Prefeitura do Município de São Paulo, sintetizada, é:

	ADM. DIRETA	ADM. INDIRETA	CONSOLIDADO
Ativo Real	88.773.422.199,45	1.647.925.739,26	90.421.347.938,71
Ativo Financeiro	8.105.612.711,48	1.311.905.620,69	9.417.518.332,17
Ativo Permanente	80.667.809.487,97	336.020.118,57	81.003.829.606,54
Passivo Real	83.399.968.592,97	1.701.018.268,43	85.100.986.861,40
Passivo Financeiro	5.282.332.411,77	715.878.977,06	5.998.211.388,83
Passivo Permanente	78.117.636.181,20	985.139.291,37	79.102.775.472,57
Saldo Patrimonial	5.373.453.606,48	-53.092.529,17	5.320.361.077,31

¹ Valores em unidade de real.

O resultado patrimonial apurado no exercício evidencia um (a):

- ✓ Ativo Real Líquido de R\$ 3.858.960.072,88
- ✓ Patrimônio/Capital de R\$ 1.357.038.486,35⁷
- ✓ Reserva de R\$ 104.362.518,08⁸.

Destaca-se que as Contas de Compensação apresentadas pela Prefeitura de São Paulo no exercício de 2013 foram:

- ✓ R\$ 125.759.487.044,49 na Administração Direta;
- ✓ R\$ 3.020.618.606,81 na Administração Indireta;
- ✓ **R\$ 128.780.105.651,30 no Consolidado.**

⁷ COHAB.

⁸ IPREM E COHAB.

5.1 DA ANÁLISE DO BALANÇO PATRIMONIAL

A avaliação dos elementos do Ativo e Passivo pode ser realizada mediante a utilização da análise por quocientes, dentre os quais se destacam os índices de liquidez e endividamento.

A Prefeitura de São Paulo apresentou no exercício de 2013 os seguintes índices patrimoniais:

1) **Liquidez Corrente (LC)** - Ativo Financeiro/ Passivo Financeiro⁹

$$\frac{\text{Ativo Financeiro (AF)} \quad 9.417.518.332,17}{\text{Passivo Financeiro (PF)} \quad 5.998.211.388,83} = 1,57$$

A liquidez corrente demonstra quanto a entidade poderá dispor em recursos a curto prazo (caixa, bancos, clientes, estoques, etc.) para pagar suas dívidas circulantes (fornecedores, empréstimos e financiamentos a curto prazo, contas a pagar, etc.). Neste caso, o índice apresentado demonstra uma situação favorável em que a PMSP com o saldo do AF poderá pagar suas dívidas registradas no PF e ainda terá um superávit financeiro que poderá dispor no ano seguinte para abertura, por exemplo, de créditos adicionais.

2) **Índice de Solvência (IS)** – (Ativo Circulante + Ativo Não-Circulante) / (Passivo Circulante + Passivo Não-Circulante)¹⁰

$$\frac{\text{Ativo Financeiro + Ativo Permanente} \quad 90.421.347.938,71}{\text{Passivo Financeiro + Passivo Permanente} \quad 85.100.986.861,40} = 1,06$$

Uma entidade é solvente quando está em condições de fazer frente as suas obrigações e apresenta uma situação patrimonial que garanta sua sobrevivência no futuro. Neste caso, a PMSP obteve um índice superior a 1, o que garante a solvência de toda suas obrigações e apresenta resultado patrimonial superavitário, em decorrência de seu Ativo Real ser superior ao Passivo Real, conforme pode ser verificado no respectivo Balanço Patrimonial.

5.2 EVOLUÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS

A seguir, a situação do Saldo Patrimonial (em milhões de reais), da Prefeitura de São Paulo nos últimos cinco anos:

Saldo Patrimonial	2009	2010	2011	2012	2013
Administração Direta	836,0	1.357,6	4.334,0	6.657,7	5.373,5
Administração Indireta	-108,8	-224,4	-291,0	123,6	-53,1
Consolidado	727,2	1.133,2	4.043,0	6.781,3	5.320,4

⁹ Considerando a estrutura do Balanço Patrimonial da Lei 4320/64 foi considerado como Ativo e Passivo Circulante o Ativo e Passivo Financeiro.

¹⁰ Considerando a estrutura do Balanço Patrimonial da Lei 4320/64 foi considerado como Ativo Circulante + Ativo Não-Circulante o total do Ativo Financeiro + Ativo Permanente e como Passivo Circulante + Passivo Não-Circulante o total do Passivo Financeiro + Passivo Permanente.

6 – DO SUPERÁVIT FINANCEIRO

Conforme disposto no § 2º do artigo 43 da Lei Federal nº. 4.320/64 entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se ainda os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas.

O Superávit Financeiro alcançado no Município de São Paulo no exercício de 2013 foi de **R\$ 3.419.306.943,34 no Consolidado**, sendo R\$ 2.823.280.299,71 na Administração Direta e R\$ 596.026.643,63 na Administração Indireta.

Segue detalhamento do Superávit Financeiro:

APURAÇÃO SUPERÁVIT FINANCEIRO - 2013

Em R\$

Fonte	Saldo em C/C (ajustado)	Saldo de Restos a Pagar	Saldo Após Restos a Pagar	Contas ExtraOrçamentárias	Superávit / Déficit
PODER EXECUTIVO (DIRETA)					
00 Tesouro Municipal	1.829.226.086,57	-1.434.112.886,74	395.113.199,83	-1.080.006.404,52	-684.893.204,69
01 Operações de Crédito	42.584.189,20	-635.956,04	41.948.233,16		41.948.233,16
02 Transferências Federais	573.653.931,25	-295.164.275,53	278.489.655,72		278.489.655,72
03 Transferências Estaduais	135.173.889,48	-94.955.303,83	40.218.585,65		40.218.585,65
04 Fundeb	9.992.514,25	-75.753,83	9.916.760,42		9.916.760,42
05 Outras Fontes	207.061.612,46	-4.760.569,07	202.301.043,39		202.301.043,39
08 Tesouro Municipal - Recursos Vinculados	3.413.261.131,71	-499.869.996,68	2.913.391.135,03		2.913.391.135,03
TOTAL PODER EXECUTIVO (DIRETA)	6.210.953.354,92	-2.329.574.741,72	3.881.378.613,20	-1.080.006.404,52	2.801.372.208,68
TOTAL PODER EXECUTIVO (INDIRETA)	359.810.544,78	-318.301.072,59	41.509.472,19	554.517.171,44	596.026.643,63
TOTAL PODER LEGISLATIVO	50.890.818,34	-31.128.639,36	19.762.178,98	2.145.912,05	21.908.091,03
TOTAL CONSOLIDADO	6.621.654.718,04	-2.329.574.741,72	3.942.650.264,37	-523.343.321,03	3.419.306.943,34

Fonte: Balção Patrimonial, Acomp. Exec. Orç. de Restos e informações do DEFIN.

A seguir, apresentamos o comportamento do Superávit Financeiro (em milhões de reais), da Prefeitura de São Paulo nos últimos cinco anos:

Superávit/Déficit Financeiro	2009	2010	2011	2012	2013
Administração Direta	104,6	1.520,9	1.953,9	2.919,7	2.823,3
Administração Indireta	-16,9	0,2	17,8	656,6	596,0
Consolidado	87,7	1.521,1	1.971,7	3.576,3	3.419,3

7 – DA GESTÃO FISCAL

A Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF estabelece normas de finanças públicas voltada para a responsabilidade na gestão fiscal, mediante ações que previnam riscos e corrijam desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, destacando-se o planejamento, o controle, a transparência e a responsabilidade como premissas básicas.

Para alcançar este objetivo, a Lei estabelece o cumprimento de metas de resultado entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita; geração de despesa com pessoal, seguridade social e outras; dívida consolidada e mobiliária; operações de crédito, inclusive por antecipação de receita; e concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar.

A Secretaria do Tesouro Nacional – STN, como órgão central de contabilidade, estabelece normas de padrões contábeis e fiscais, contribuindo para a melhoria da consolidação das contas públicas conforme previsto na LRF.

Neste sentido, objetivando a finalidade de acompanhamento e demonstração da gestão fiscal, a STN edita, regularmente, o Manual de Demonstrativos Fiscais – MDF, neste Anexo de Riscos Fiscais, II - Anexo de Metas Fiscais apresenta o Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO e o Relatório de Gestão Fiscal – RGF. Assim, observando o disposto nesses manuais, apresentamos os principais resultados fiscais alcançados pela Prefeitura de São Paulo no exercício de 2013.

7.1 RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

O Demonstrativo da Receita Corrente Líquida, apresenta a apuração da Receita Corrente Líquida – RCL no mês em referência, sua evolução nos últimos doze meses e a previsão de seu desempenho no exercício. Este demonstrativo integra o RREO e deverá ser apurada somando-se as receitas arrecadadas no mês de referência e nos onze anteriores.

O principal objetivo da RCL é servir de parâmetro para o montante da reserva de contingência e para os limites da despesa total com pessoal, da dívida consolidada líquida, das operações de crédito, do serviço da dívida, das operações de crédito por antecipação de receita orçamentária e das garantias do ente da Federação.

Conforme a LRF, a RCL é o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, agropecuárias, industriais, de serviços, transferências correntes e outras receitas correntes do ente da Federação, deduzidos alguns itens exaustivamente explicitados pela própria LRF, não cabendo interpretações que extrapolem os dispositivos legais.

A Receita Corrente Líquida do Município de São Paulo apurada no exercício de 2013 atingiu o montante de R\$ 34.716,8 milhões.

A seguir quadro e gráfico da evolução da RCL (em milhões de reais) nos últimos cinco anos:

Ano	RCL	% de acrécimo
2009	21.902,4	5,22
2010	25.504,6	16,45
2011	29.145,8	14,28
2012	32.163,7	10,35
2013	34.716,8	7,94



7.2 DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

O Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores – RPPS, tem a finalidade de assegurar a transparência das receitas e despesas previdenciárias do RPPS que o ente da Federação mantiver ou vier a instituir e integra o RREO, o qual deverá ser publicado até trinta dias após o encerramento de cada bimestre.

A institucionalização do RPPS implica em estabelecer contabilidade própria para permitir conhecer, a qualquer momento, a situação econômica, financeira e orçamentária do patrimônio, que é propriedade dos beneficiários da previdência. As mudanças conceituais decorrentes da organização da contabilidade, que visam à transparência do patrimônio real dos beneficiários, não implicam em alterações das exigências estabelecidas na LRF e nas demais leis pertinentes.

No Município de São Paulo o ente responsável pelo RPPS é o Instituto de Previdência Municipal de São Paulo – IPREM.

Destaca-se que o IPREM apresentou no exercício de 2013 o seguinte Resultado Previdenciário (em milhões de reais):

Especificação	
Receitas Previdenciárias RPPS (Exceto Intra-Orçamentária)	1.003,4
Receitas Previdenciárias RPPS (Intra-Orçamentária)	1.421,1
Total das Receitas Previdenciárias	2.424,5
Despesas Previdenciárias RPPS (Exceto Intra-Orçamentária)	4.761,6
Despesas Previdenciárias RPPS (Intra-Orçamentária)	1,2
Total das Despesas Previdenciárias	4.762,8
Resultado Previdenciário	(2.338,3)

Fonte: Anexo 4, RREO - 6ºB/13.

7.3 DO RESULTADO NOMINAL

O Demonstrativo do Resultado Nominal, que integra o Relatório Resumido da Execução Orçamentária, consoante parâmetros definidos pela Lei Complementar nº. 101/00, tem como objetivo demonstrar a evolução da Dívida Fiscal Líquida.

No exercício, o resultado nominal representa a diferença entre o saldo da dívida fiscal líquida acumulada até o final do bimestre de referência e o saldo em 31 de dezembro do exercício anterior ao de referência, e o saldo da dívida fiscal líquida corresponde ao saldo da dívida consolidada líquida somado às receitas de privatização deduzidos os passivos reconhecidos decorrentes de déficits ocorridos em exercícios anteriores.

A dívida consolidada líquida corresponde ao saldo da dívida consolidada deduzida do Ativo Disponível e dos Haveres Financeiros Líquidos dos Restos a Pagar Processados, conforme estabelece o art. 42 da LRF, em seu parágrafo único: *"Na determinação da disponibilidade de caixa serão considerados os encargos e despesas compromissadas a pagar até o final do exercício"*. Os títulos de emissão do Banco Central do Brasil compõem a dívida consolidada da União.

Eventuais garantias concedidas, bem como suas contragarantias, não são consideradas na dívida fiscal líquida. O estoque de precatórios anteriores a 5 de maio de 2000 também não compõe a dívida fiscal líquida.

A meta do Resultado Nominal para o exercício de 2013, estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias, é de R\$ 8.541,3 milhões.

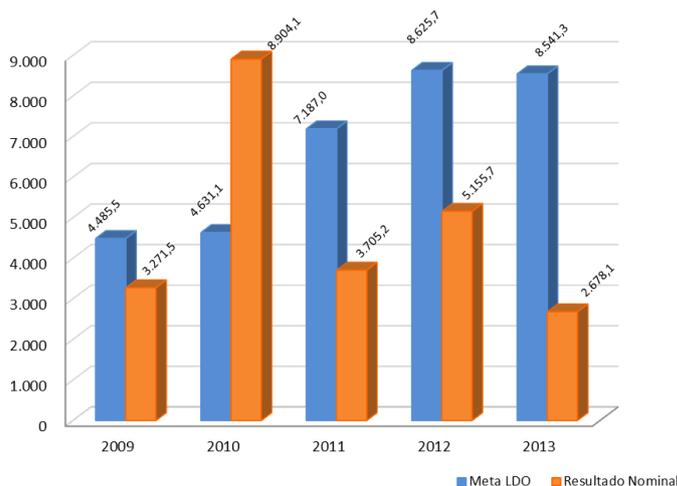
Ao final do exercício o Resultado Nominal alcançado foi de R\$ 2.678,1 milhões, motivado pelo aumento da dívida fiscal líquida de R\$ 62.936,9 milhões para R\$ 65.614,9 milhões, decorrente principalmente da incorporação dos juros e correção monetária aplicada no estoque da Dívida.

Observa-se no demonstrativo a seguir o comportamento do resultado nominal dos últimos cinco anos em relação às metas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias:

Em R\$ Milhões				
Ano	Meta LDO (a)	Resultado Nominal (b)	Diferença c = b - a	Dívida Fiscal Líquida
2009	4.485,5	3.271,5	(1.214,0)	45.171,9
2010	4.631,1	8.904,1	4.273,0	54.076,0
2011	7.187,0	3.705,2	(3.481,8)	57.781,2
2012	8.625,7	5.155,7	(3.470,0)	62.936,9
2013	8.541,3	2.678,1	(5.863,2)	65.614,9

Segue gráfico do resultado nominal dos últimos cinco anos (em milhões) em relação às metas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias:

RESULTADO NOMINAL - 2009 a 2013



7.4 DO RESULTADO PRIMÁRIO

O Demonstrativo do Resultado Primário, que integra o Relatório Resumido da Execução Orçamentária, consoante parâmetros definidos pela Lei Complementar nº. 101/00, representa a diferença entre as receitas e as despesas primárias (não-financeiras).

A apuração do Resultado Primário fornece uma melhor avaliação do impacto da política fiscal em execução pelo ente da Federação.

Para fins de apuração do Resultado Primário, deverão ser computadas todas as receitas e despesas, incluindo as intra-orçamentárias.

Entretanto, neste demonstrativo, não é necessário segregar as receitas e despesas intra-orçamentárias das outras receitas e despesas pois resulta da diferença entre as receitas e despesas não financeiras e sua apuração fornece uma melhor avaliação do impacto da política fiscal em execução pelo ente da Federação.

Superávits primários, que são direcionados para o pagamento de serviços da dívida, contribuem para a redução do estoque total da dívida líquida. Em contrapartida, déficits primários indicam a parcela do aumento da dívida, resultante do financiamento de gastos não-financeiros que ultrapassam as receitas não-financeiras.

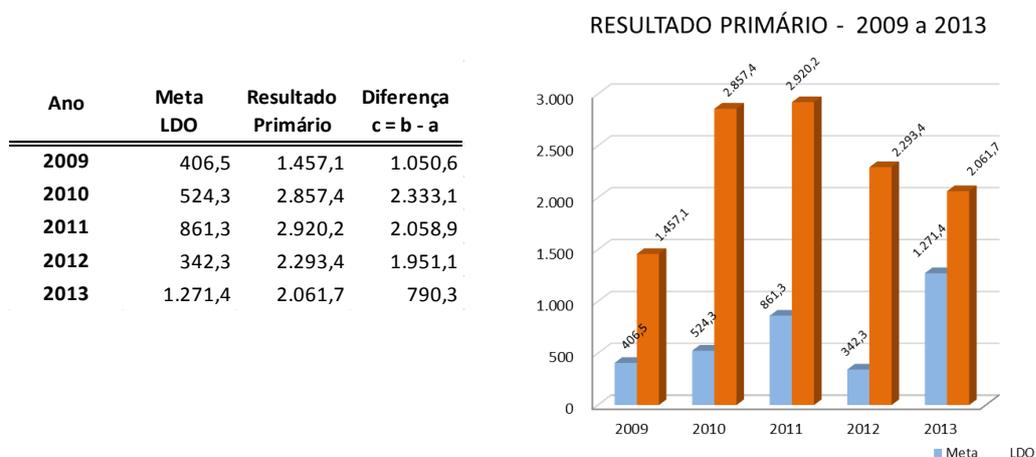
A meta do Resultado Primário para o exercício de 2013, estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias, é de R\$ 1.271,4 milhões.

Ao final do exercício, o Resultado Primário alcançado foi de R\$ 2.061,7 milhões, superando a meta estabelecida para o exercício em R\$ 790,3 milhões, conforme demonstrado a seguir:

Especificação

Receitas Primárias Correntes	36.584,6
Receitas Primárias de Capital	1.289,8
Receitas Primárias Líquidas	37.874,5
Despesas Primárias Correntes	31.907,9
Despesas Primárias de Capital	3.904,8
Despesas Primárias Líquidas	35.812,7
Resultado Primário	2.061,7

Observa-se no demonstrativo a seguir o comportamento do Resultado Primário (em milhões de reais), dos últimos cinco anos em relação às metas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias:



7.5 DEMONSTRATIVO DA APLICAÇÃO DE RECURSOS NA EDUCAÇÃO

O Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE apresenta os recursos públicos destinados à educação, provenientes da receita resultante de impostos e das receitas vinculadas ao ensino, as despesas com a MDE por vinculação de receita, os acréscimos ou decréscimos nas transferências do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, o cumprimento dos limites constitucionais e outras informações para controle financeiro.

A apresentação deste demonstrativo está prevista no ordenamento jurídico. O art. 72 da Lei nº 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB prevê a publicação nos relatórios expressos na Constituição. O art. 165 da Constituição determina a publicação até trinta dias após o encerramento de cada bimestre do Relatório Resumido da Execução Orçamentária. Adicionalmente, o art. 52 da Lei Complementar nº 101, de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, reafirma o prazo de publicação e informa a sua abrangência.

Também constitui fator determinante para a elaboração do demonstrativo, o disposto no art. 25, § 1º, inciso IV, alínea b, da LRF, que determina, como condição para o recebimento de Transferências Voluntárias por parte do ente da Federação, o cumprimento dos limites constitucionais relativos à educação e à saúde.

O percentual gasto atende ao disposto no art. 212 da Constituição Federal, que determina a aplicação mínima de 25%. Entretanto, de acordo com o art. 208 da Lei Orgânica, o Município de São Paulo aplicará, anualmente, no mínimo 31%.

No Município de São Paulo, a despesa empenhada na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino atingiu, no exercício de 2013, 31,80% do total das receitas arrecadadas de impostos e transferências, conforme demonstrado a seguir:

Demonstração de Aplicação de Recursos na Educação	
1. Receita	
1.1 Receita Resultante de Impostos	28.463.485.991,26
2. Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	
2.1 Despesas previstas no Art. 2º - Lei 13.245/01	9.457.621.111,03
2.2 Recursos Adicionais recebidos do Fundeb	1.370.848.600,22
2.3 Despesa Empenhada Líquida (2.1 - 2.2)	8.086.772.510,81
Percentual da receita de impostos aplicado em manutenção e desenvolvimento do ensino (2.2/1.1)	28,41%
3. Despesas com Educação Inclusiva	
3.1 Despesas previstas no Art. 3º - Lei 13.245/01	964.626.261,27
Percentual da receita de impostos aplicado em manutenção e desenvolvimento do ensino (3.1/1.1)	3,39%
4. Despesa total com Educação - Art. 208 da Lei Orgânica do Município	
4.1 Despesa Total Líquida (2.3 + 3.1)	9.051.398.772,08
Percentual da receita de impostos aplicado em manutenção e desenvolvimento do ensino (3.1/1.1)	31,80%

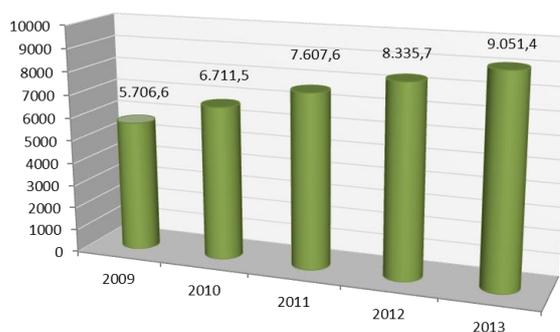
Fonte: Coordenadoria Geral do Orçamento - Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão.
¹ Valores em unidade de real.

A aplicação mínima deveria ser de R\$ 8.823,7 milhões; no entanto foram aplicados R\$ 9.051,4 milhões, ou seja, R\$ 227,7 milhões além do valor mínimo estabelecido pela Constituição Federal e pela Lei Orgânica Municipal.

A seguir, valores e percentuais da Aplicação de Recursos na Educação nos últimos cinco anos (em milhões de reais):

Ano	Aplicação de Recursos na Educação	% Gasto Educação
2009	5.706,6	32,18
2010	6.711,5	32,01
2011	7.607,6	32,01
2012	8.335,7	31,33
2013	9.051,4	31,80

APLICAÇÃO DOS RECURSOS NA EDUCAÇÃO - 2009 a 2013



7.5.1 DOS VALORES DE DEA QUE COMPÕEM A BASE DE CÁLCULO ART. 212 – CF/88.

A seguir apresentamos quadro demonstrativo, encaminhado pela Secretaria Municipal de Educação, demonstrando os valores das Despesas de Exercícios Anteriores (DEA) que integraram a base de cálculo para fins do art. 212 da CF/88.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (Órgão: 16)
Despesa: 92 - Despesas de Exercícios Anteriores

Exerc	Projeto/Atividade	Despesa	Empenhado*	APROPRIAÇÃO MDE (ART.212 CF)	
				Índice**	Valor
2013	1427 Construção de Escolas Municipais de Educação Infantil - EMEI	44909200 Despesas de Exercícios Anteriores	641.835,59	1,0000	641.835,59
2013	1430 Reforma e Ampliação de Unidades Educacionais de Ensino Fundamental	44909200 Despesas de Exercícios Anteriores	67.674,83	1,0000	67.674,83
2013	1452 Construção de Centros de Educação Infantil - CEI	44909200 Despesas de Exercícios Anteriores	4.415.607,79	1,0000	4.415.607,79
2013	1470 Cobertura de Quadras Esportivas das Escolas Municipais de Ensino Fundamental	44909200 Despesas de Exercícios Anteriores	1.173.621,99	1,0000	1.173.621,99
2013	2800 Administração da Secretaria Municipal de Educação	33909200 Despesas de Exercícios Anteriores	171.603,07	0,9389	161.118,12
2013	2805 Programa Minha Biblioteca	33909200 Despesas de Exercícios Anteriores	45.392,80	0,9389	42.619,30
2013	2815 Fornecimento de Uniformes e Material Escolar - EF	33909200 Despesas de Exercícios Anteriores	26.571,65	1,0000	26.571,65
2013	2824 Apoio Didático-Pedagógico Educacional	33909200 Despesas de Exercícios Anteriores	4.232,52	0,9389	3.973,91
2013	2825 Convênios para Operação e Manutenção de CEIs e Creches	33909200 Despesas de Exercícios Anteriores	432.487,92	1,0000	432.487,92
2013	2826 Alfabetização de Jovens e Adultos	33909200 Despesas de Exercícios Anteriores	23.860,70	0,0000	-
2013	2837 Operação e Manutenção de Escolas Municipais de Educação Infantil	33909200 Despesas de Exercícios Anteriores	351.916,92	1,0000	351.916,92
2013	2842 Operação e Manutenção do Ensino Fundamental	33909200 Despesas de Exercícios Anteriores	508.113,09	1,0000	508.113,09
2013	2842 Operação e Manutenção do Ensino Fundamental	44909200 Despesas de Exercícios Anteriores	20.476,95	1,0000	20.476,95
2013	2845 Operação e Manutenção de Centros de Educação Infantil	33909200 Despesas de Exercícios Anteriores	350.932,60	1,0000	350.932,60
2013	2847 Transporte do Escolar - EI	33909200 Despesas de Exercícios Anteriores	449.547,84	1,0000	449.547,84
2013	2848 Transporte do Escolar - EF	33909200 Despesas de Exercícios Anteriores	435.576,18	1,0000	435.576,18
2013	2850 Fornecimento de Uniformes e Material Escolar - EI	33909200 Despesas de Exercícios Anteriores	10.743,86	1,0000	10.743,86
2013	2851 Operação e Manutenção dos Centros Educacionais Unificados	33909200 Despesas de Exercícios Anteriores	496.561,55	1,0000	496.561,55
2013	2852 Operação e Manutenção da Educação Indígena	33909200 Despesas de Exercícios Anteriores	2.802,53	1,0000	2.802,53
2013	2855 Administração da Diretoria Regional de Educação	33909200 Despesas de Exercícios Anteriores	70.692,90	0,9389	66.373,56
2013	2857 Oper. e Manut. de Centros Mun. de Educação de Jov. e Adultos-CIEJA's	33909200 Despesas de Exercícios Anteriores	7.278,56	1,0000	7.278,56
2013	2861 Educação Especial - Programa INCLUI	44909200 Despesas de Exercícios Anteriores	3.469,44	0,0000	-
2013	2862 Operação e Manutenção da Educação Especial	33909200 Despesas de Exercícios Anteriores	2.384,77	1,0000	2.384,77
2013	2863 Transporte do Escolar - EE	33909200 Despesas de Exercícios Anteriores	178.650,27	1,0000	178.650,27
2013	2865 Operação e Manutenção de Escolas Munic. de Ensino Fundamental e Médio	33909200 Despesas de Exercícios Anteriores	3.156,07	0,0000	-
2013	2872 Realização de Eventos Educacionais, Culturais e Esportivos nos Centros Educacionais Unificados	33909200 Despesas de Exercícios Anteriores	390,00	0,0000	-
TOTAL GERAL			9.895.582,39		9.846.869,79

*SOF - Posição de encerramento do exercício; ** Demonstrativos da aplicação dos recursos na Educação publicados no DOC de 30/01/14 (Dados Provisórios) e Demonstrativos com os dados definitivos a serem publicados oportunamente pela SEM PLA.

7.6 DEMONSTRATIVO DA APLICAÇÃO DE RECURSOS NA SAÚDE

O Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde – ASPS integra o RREO em cumprimento ao art. 35 da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, o qual determina que as receitas correntes e as despesas com ações e serviços públicos de saúde serão apuradas e publicadas em demonstrativo próprio que acompanhará o relatório de que trata o § 3º do art. 165 da Constituição Federal.

Também constitui fator determinante para a elaboração do demonstrativo, o disposto no art. 25, § 1º, inciso IV, alínea b, da LRF, que estabelece, como condição para o recebimento de transferências voluntárias por parte do ente da Federação, o cumprimento dos limites constitucionais relativos à educação e à saúde.

O Demonstrativo tem por finalidade dar transparência e comprovar o cumprimento da aplicação dos recursos mínimos nas ações e serviços públicos de saúde conforme estabelece os artigos 5º a 11 da lei Complementar nº 141/2012, bem como apresentar informações para fins de controle pelo governo e pela sociedade.

As despesas com ações e serviços públicos de saúde realizadas pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios deverão ser financiadas com recursos movimentados por meio dos respectivos fundos de saúde. Inclusive o repasse da parcela dos recursos de impostos e transferências constitucionais que os entes da federação devem aplicar em ASPS será feito diretamente ao respectivo Fundo de Saúde e, no caso da União, também às demais unidades orçamentárias do Ministério da Saúde.

No Município de São Paulo, a despesa realizada com ações e serviços públicos de saúde atingiu, no exercício de 2013, 18,43% do total das receitas correntes nos termos da Lei Complementar n.º 141/2012, que prevê uma despesa mínima de 15% das receitas arrecadadas.

O percentual gasto atende e supera o dispositivo constitucional, uma vez que a aplicação mínima seria de R\$ 4.269,5 milhões. No entanto, a Prefeitura de São Paulo aplicou R\$ 5.247,2 milhões, ou seja, R\$ 977,7 milhões além do valor mínimo estabelecido pela Constituição Federal, conforme pode ser observado no demonstrativo a seguir:

Aplicação de Recursos na Saúde	
A. Lei Complementar 141/2012 (Recursos do Tesouro Municipal)	REALIZADA
A.1 - Receita decorrente dos impostos	<u>28.463.464.758,53</u>
1.1 Impostos	18.183.073.401,21
1.2 Transferências da União	251.869.776,03
1.3 Transferências do Estado	9.020.999.012,10
1.4 Outras Receitas Correntes	1.007.522.569,19
A.2 - Aplicação da Receita decorrente dos Impostos (LC 141/2012)	<u>5.247.236.945,78</u>
2.1 SMS/FMS	4.129.934.717,41
2.2 Autarquias Hospitalares	799.165.059,28
2.3 Apropriação dos Encargos	318.137.169,09
Percentual de Aplicação (A.2/A.1)	18,43%

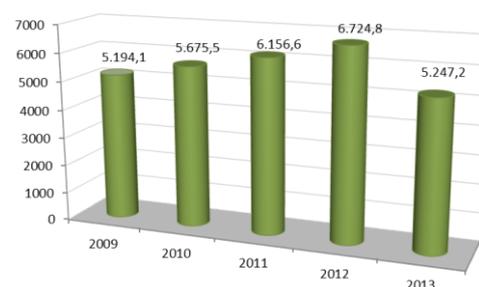
Fonte: Coordenadoria Geral do Orçamento - Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão.

¹Valores em unidade de real.

A seguir, os valores e percentuais da Aplicação de Recursos na Saúde nos últimos cinco anos (em milhões de reais):

Ano	Total Aplicado	% Gasto Saúde
2009	5.194,1	20,53
2010	5.675,5	19,21
2011	6.156,6	18,89
2012	6.724,8	18,64
2013	5.247,2	18,43

APLICAÇÃO DOS RECURSOS NA SAÚDE - ÚLTIMOS CINCO ANOS



7.7 DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

O Demonstrativo da Despesa com Pessoal é parte integrante do Relatório de Gestão Fiscal – RGF e visa à transparência da despesa com pessoal de cada um dos Poderes e órgãos com autonomia administrativa, orçamentária e financeira conferida na forma da Constituição, notadamente quanto à adequação aos limites de que trata a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF. Deverá ser elaborado pelos Poderes e órgãos com poder de autogoverno, tais como o Poder Executivo, os órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, o Tribunal de Contas e o Ministério Público.

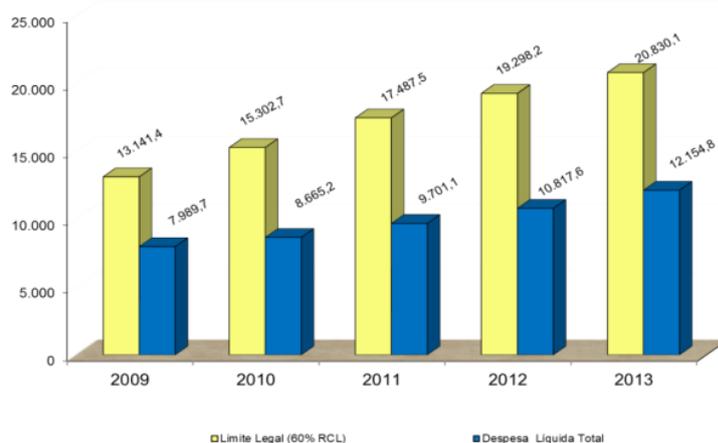
A despesa total com pessoal compreende o somatório dos gastos do Ente da Federação com ativos, inativos e pensionistas, deduzidos alguns itens exaustivamente explicitados pela própria LRF, não cabendo interpretações que extrapolem os dispositivos legais.

Na esfera municipal, a despesa total com pessoal não poderá exceder o limite de 60% a ser aplicado sobre a receita corrente líquida, sendo 54% para o Executivo e 6% para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Município, quando houver.

No Município de São Paulo, a despesa com pessoal consolidada realizada no exercício de 2013 foi de R\$ 12.154,9 milhões, o que representou 35,01% da RCL. Este percentual congrega 33,63% do Poder Executivo e 1,38% do Poder Legislativo – destaca-se que esses percentuais estão abaixo dos 60% do limite legal e dos 57% do limite prudencial, estabelecidos pela LRF.

Observa-se no demonstrativo a seguir que os percentuais de comprometimento da Despesa com Pessoal, e os valores (em milhões de reais) dos Limites Legal e Prudencial, não excederam aos percentuais estabelecidos na LRF, não sendo necessária a adoção de medidas corretivas.

DESPESA COM PESSOAL	2009	2010	2011	2012	2013
Poder Executivo (a)	7.660,2	8.287,5	9.279,8	10.373,1	11.675,3
Poder Legislativo (b)	329,5	377,7	421,3	444,6	479,6
Despesa Líquida Total (c) = (a + b)	7.989,7	8.665,2	9.701,1	10.817,7	12.154,9
Receita Corrente Líquida (d)	21.902,4	25.504,6	29.145,8	32.163,7	34.716,8
% Gasto com Pessoal (e) = (c / d)	36,5	34,0	33,3	33,6	35,0
Limite Legal < 60%>	13.141,4	15.302,7	17.487,5	19.298,2	20.830,1
Limite Prudencial <95%> do limite legal	12.484,4	14.537,6	16.613,1	18.333,3	19.788,6



7.8 DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

Parte integrante do Relatório de Gestão Fiscal – RGF, o Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal, versão simplificada daquele relatório, visa a facilitar o acompanhamento e a verificação de suas informações e deverá ser elaborado pelo Poder Executivo, em todos os quadrimestres, e pelos Poderes Legislativo e Judiciário e pelo Ministério Público, somente no último quadrimestre.

A elaboração deste demonstrativo far-se-á mediante a extração das informações dos Demonstrativos:

- da Despesa com Pessoal;
- da Dívida Consolidada Líquida;
- das Garantias e Contragarantias de Valores;
- das Operações de Crédito; e
- dos Restos a Pagar.

A seguir apresentamos o demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal da Prefeitura de São Paulo do 3º Quadrimestre/2013:

LRf, art. 48 - Anexo 7			R\$ 1,00
DESPESA COM PESSOAL		VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP		11.675.290.899,15	33,63%
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 54%		18.747.087.853,99	54,00%
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 51,30%		17.809.733.461,29	51,30%
DÍVIDA CONSOLIDADA		VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida		66.989.663.219,39	192,96%
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		41.660.195.231,09	120,00%
GARANTIAS DE VALORES		VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas		48.684.408,63	0,14%
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		7.637.702.459,03	22,00%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas		-	0,00%
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		-	0,00%
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas		5.554.692.697,48	16,00%
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da		2.430.178.055,15	7,00%
RESTOS A PAGAR		INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total		2.342.172.866,25	3.216.740.325,39

Fonte: SF/SUTEM/DEDIP

8 – PRINCIPAIS RESULTADOS ALCANÇADOS NO EXERCÍCIO DE 2013

Destacamos a seguir os principais resultados alcançados pela Prefeitura de São Paulo no exercício de 2013:

	ADMINISTRAÇÃO		ADMINISTRAÇÃO	Em R\$
	DIRETA	INDIRETA	CONSOLIDADO	
ORÇAMENTÁRIO	4.769.248.807,36	- 5.442.782.454,57	- 673.533.647,21	
SUPERÁVIT FINANCEIRO	2.823.280.299,71	596.026.643,63	3.419.306.943,34	
PRIMÁRIO	7.534.253.575,30	- 5.472.509.291,96	2.061.744.283,34	
PATRIMONIAL	5.373.453.606,48	- 53.092.529,17	5.320.361.077,31	

CONCLUSÃO

Concluindo o presente relatório, no qual procuramos abordar os aspectos significativos e relevantes das contas do Exercício de 2013, que foram registrados neste Balanço Geral do Município de São Paulo.

É o que tínhamos a apresentar à Sociedade.

São Paulo, 25 de março de 2014.

Marcelo Pierantozzi Gonçalves
Diretor Técnico
Divisão de Contabilidade

Daniel Boer de Souza
Diretor Técnico
Departamento de Contadoria